

relatório

TEKO JOJA

teko joja report



Garantia de Direitos da população Guarani e Kaiowa
Guarantee of Rights for Guarani and Kaiowa Peoples Project





POLO CAARAPÓ

- 1 Taquadju
- 2 Cerro'i
- 3 Laranjal
- 4 Sucuri'y
- 5 Laranjeira Nãnde Ru
- 6 Panambi
- 7 Panambizinho
- 8 Bororó
- 9 Jaguapiru
- 10 Paso Piraju
- 11 Guyraroká
- 12 Pindoroky
- 13 Guapo'y
- 14 Nãndeva

POLO AMAMBAI

- 15 Kunumi Vera
- 16 Guaiviry
- 17 Limão Verde
- 18 Taquaperi
- 19 Kurusu Amba II
- 20 Kurusu Amba III
- 21 Sete Cerros
- 22 Pueblito Kue
- 23 Sassoró
- 24 Arroio-Korá
- 25 Jaguapire
- 26 Yvy Katu
- 27 Ypo'i
- 28 Paraguasu
- 29 Porto Lindo
- 30 Potrero Guasu
- 31 Pirajuy

relatório

TEKO JOJA

teko joja report

Garantia de Direitos da população Guarani e Kaiowa
Guarantee of Rights for Guarani and Kaiowa Peoples Project



Teko Joja – o jeito harmonioso de ser Guarani e Kaiowa – foi o nome escolhido pelos participantes para o “nosso projeto”, como denominavam no início o projeto Garantia de Direitos da População Guarani e Kaiowa.

Coordenado pela Imagem da Vida e apoiado pela União Europeia através de um edital que teve como objetivo fortalecer organizações da sociedade civil brasileira que atuam na defesa de direitos humanos, o projeto Teko Joja viabilizou, entre julho de 2018 e julho de 2020, a realização de encontros formativos mensais de defensores indígenas de direitos humanos que, a partir da metodologia desenvolvida pelo projeto, tiveram facilitada a compreensão dos seus inúmeros problemas e as possibilidades de busca de soluções autônomas para o enfrentamento das violações de direitos de que são alvo os indígenas Guarani e Kaiowa no Mato Grosso do Sul.

A União Europeia ao apoiar a sociedade civil brasileira em suas ações destinadas a defender os direitos humanos, as liberdades fundamentais e os defensores e defensoras de direitos humanos, está colaborando para a defesa da democracia no Brasil, para a resistência dos povos originários e para o fortalecimento das capacidades dos povos indígenas de garantir e exercer seus direitos constitucionais.

Equipe Teko Joja

Teko Joja—the harmonious way of being a Kaiowá and Guarani—was the name chosen by participants for “our project”, as they initially called the project Guarantee of the Rights of the Guarani and Kaiowá Population.

Coordinated by Imagem da Vida and supported by the European Union through a public notice that aimed to strengthen Brazilian civil society organizations working to defend human rights, the *Teko Joja* project made it possible to carry out monthly training meetings for indigenous human rights defenders between July 2018 and July 2020. Building on the methodology developed through the project, these activities facilitated their understanding of the numerous problems they are fraught with and of the possibilities for seeking autonomous solutions to face the violations of rights against the Guarani and Kaiowá in the state of Mato Grosso do Sul.

By supporting Brazilian civil society in initiatives aimed at protecting human rights, fundamental freedoms and defenders of human rights, the European Union is contributing to the defense of democracy in Brazil, to the resilience of original peoples and to strengthening the ability of indigenous peoples to protect and exercise their constitutional rights.

Team of Teko Joja project

Teko Joja

Eliel Benites

O pensamento do povo indígena Kaiowá e Guarani, expresso por meio da palavra *Teko Joja* – *Teko*, modo de ser, de viver; e *Joja* como harmonia, coletividade, unidade – orienta a produção do território e a sua existência na perspectiva da relação constante com a espiritualidade (*Ñanderu reko kuéra*) no tempo e no espaço. Viver no modo *Teko Joja* condiciona a produção do ser a partir da relação com os elementos que compõem o próprio território: as florestas, a água, alimentos, a terra e outros, absorvendo energias (*mbarete*) para propulsionar a mobilidade, equilibrando a ecologia do lugar, do ambiente, da terra, ou seja, *Tekoha* – aldeia, o lugar dos seres, onde se localiza a vida.

O *Tekoha*, produzido a partir desse modo de viver, potencializa a biodiversidade local, como meio para manutenção dos guardiões das florestas (*teko jára kuéra*) e de todos os seres ali presentes. Os guardiões são os seres invisíveis que compõem o *Tekoha*, persuadindo a produção do modo perfeito e belo de ser (*teko porã*) dos Kaiowá e Guarani. Uma aldeia carregada de seres encantados, frutos de uma maneira coerente de viver com o ecossistema local, resulta em um equilíbrio total do ambiente físico e não físico, que chamamos de *Tekoha Araguaje* (aldeia sagrada).

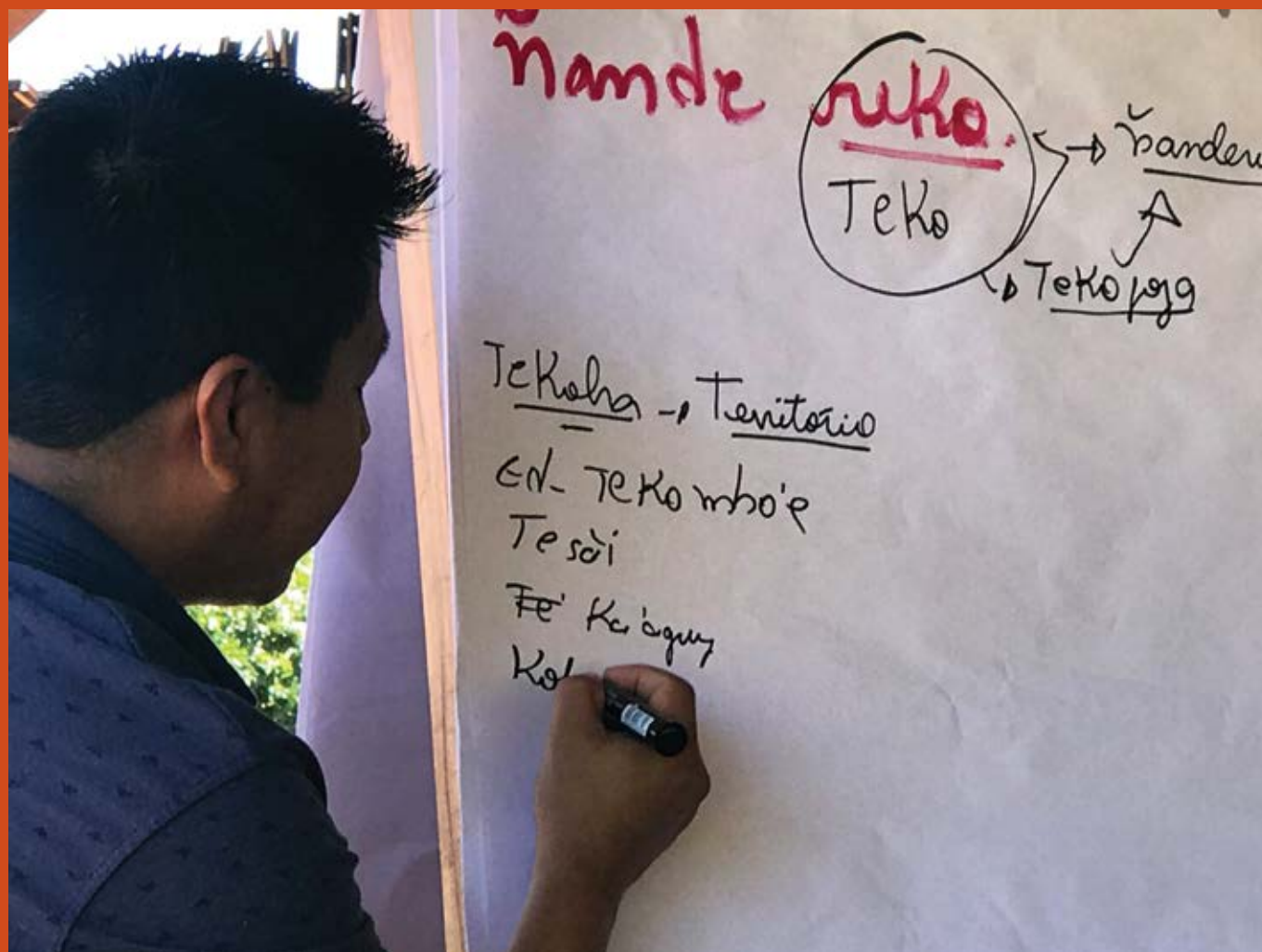
A busca por produzir uma aldeia sagrada move a existência, organiza a comunidade e demanda práticas culturais como os cantos, as rezas, o cultivo da roça (*kokue*) e a construção da casa de reza (*óga pysy*). O modo de alcançar este objetivo é o *Teko Joja*, uma filosofia tradicional repassada de geração em geração através do diálogo e da memó-

The way of thinking of the indigenous people Kaiowá and Guarani, expressed through the words *teko joja* (*teko*—way of being and living; *joja*—harmony, community, unity), guides the reclaiming of territory and their existence, in the perspective of the constant contact with spirituality (*Ñanderu reko kuéra*) in time and space. To live the *teko joja* way of life means to have a path created from the relation to the elements that integrate their own territory (forests, water, food, earth and others) by absorbing energy (*mbarete*) to propel mobility, balancing the ecology of the place, the environment and the earth. In other words, the village, the place of beings, where there is life (*tekoha*).

Tekoha, when generated by this way of living, potentializes local biodiversity as a form to maintain the guardians of the forests (*teko jára kuéra*) and of all beings present there. The guardians are invisible beings who are an essential part of *tekoha*. They entice the Kaiowá and Guarani into having a perfect and beautiful way of being (*teko porã*). A village full of enchanted beings, brought by a coherent lifestyle, results in a total balance of the physical and nonphysical environment and that is what we call *tekoha araguaje* (sacred village).

The desire to create a sacred village moves our existence, organizes the community, and demands cultural practices like chanting, prayers, local family farming (*kokue*) and the construction of the prayer house (*óga pysy*). The way to reach this goal is *teko joja*, a traditional philosophy passed from generation to generation through dialogue and col-





ria coletiva em diferentes tempos e espaços, estabelecendo sempre uma conversa intercultural com diversos seres como estratégia de resistência. Na atualidade, retomar a ideia fundamental do *Teko Joja* é uma estratégia política na construção sistêmica de ações concretas de solução, pelo qual será estabelecido a própria coletividade de hoje e, assim, a produção de uma outra sociedade, reverberando nas novas gerações.

O *Teko Joja* precisa das forças (*mbarete*) vindas da terra (*yuy*) para que os novos líderes se levantem e retomem os conhecimentos e os valores tradicionais para dialogar com os diversos sistemas de conhecimentos que o mundo de hoje proporciona, apontando novos caminhos. Estes líderes são como esteio (estrutura) de uma casa ou a coluna vertebral de um corpo (*jekoha*), e ajudam para que todos os componentes do *Tekoha* se sustentem no processo de movimento em busca da solução. Por isso, para que haja o *Teko Joja*, é preciso o *mbarete* (forças), o *jekoha* (esteio, estrutura) e o *oguata* (movimento) para que os corpos – os elementos que compõem o território, incluindo o social – sejam harmônicos pela força do *jekoha* (esteio). O *Teko Joja* é um caminho ou maneira de caminhar na busca para alcançar o modo de ser dos deuses, o *Teko Araguje* – modo perfeito e sagrado de ser no tempo. O projeto *Teko Joja* visa este objetivo, buscar a solução coletiva estruturante a partir da cosmologia Kaiowá e Guarani, exercitando os valores que a compõem para retomar o *teko ymã* (modo de ser dos antepassados) como alicerce na construção do futuro, além de compreender, a partir desta ótica, a realidade provocada pelos não indígenas: a degradação e a crise ambiental, social e global. A ideia do *Teko Joja* é um novo caminho a ser trilhado, não apenas pelos Kaiowá e Guarani, mas por toda a humanidade como alternativa de vida humanística e sustentável a nível global.

lective memory from different periods of time and space, always establishing an intercultural dialogue with different creatures as resistance strategies.

Currently, the reclaiming of the fundamental idea of *teko joja* is a political strategy in the systemic development of concrete solutions to establish our own current collectiveness and consequently create a new society that will reverberate on generations to come.

Teko joja requires the strength (*mbarete*) from the land (*yuy*) so that new leaders can rise and reclaim the traditional knowledge and values to dialogue with the many knowledge systems that the world currently offers, creating the possibility of finding new paths. These leaders are like the pillars of a new house, or the backbone of a body (*jekoha*) guaranteeing that all elements of *tekoha* are in place to support the movement to seek for a solution. That is why *teko joja* needs strength (*mbarete*) from the pillars (*jekoha*) and movement (*oguata*), so that the bodies (the elements that are part of the territory, including the social part) can express a harmony that comes from the pillars (*jekoha*). *Teko joja* is a path or a way to journey in search of reaching as close as possible the perfect and sacred way of being in time of the gods (*teko araguje*).

The *Teko Joja* project aims at seeking a collective structuring solution that comes from the Kaiowá and Guarani cosmology, in order to express its values to reclaim the ancestors way of being (*teko ymã*), using it as pillars in the construction of the future. Furthermore, it seeks to understand the reality caused by the nonindigenous people (the degradation and global social environmental crisis) from that perspective. The idea of *teko joja* is to have a new path to follow, not only by the Kaiowás and Guaranis, but also by all human beings as an alternative lifestyle that is both more humane and sustainable in a global level.

Uma história tingida de sangue

Spensy Pimentel

Os Guarani-Kaiowa, ou Kaiowa e Guarani, como preferem ser chamados, são os descendentes diretos de grupos falantes de língua guarani que habitavam comunidades ao longo da bacia do Rio da Prata no século XVI, quando os espanhóis chegaram à região. As evidências arqueológicas apontam que os ancestrais de tais grupos vieram da Amazônia, a partir de um centro difusor das culturas tupi-guarani na atual região de Rondônia, há cerca de 2 a 3 mil anos.

Encontrados, inicialmente, em grandes aldeias à beira dos grandes rios formadores do Prata, o Paraguai e o Paraná, os antigos Guarani foram reconhecidos, desde os primeiros contatos, como grandes agricultores, recebendo inicialmente com hospitalidade os europeus. Segundo os cronistas, a região que compreendia a Bacia do Prata, o Chaco e o sopé andino era marcada por intensos contatos entre as populações, numa gigantesca rede que incluía redes de aliança, comércio e guerras. Parte da região hoje conhecida como Mato Grosso do Sul era conhecida como Itatin, sendo seus habitantes de língua guarani chamados de Itatines.

A legislação espanhola concedia aos colonos o direito a reivindicarem o serviço dos indígenas a partir da figura das “encomendas”. No início do século XVII, os graves conflitos advindos dessa demanda por trabalhos forçados fizeram com que milhares de indígenas se dirigissem às missões instaladas pelos jesuítas em busca de proteção. Ali, buscavam fugir da escravidão e dos ataques dos bandeirantes paulistas – grupos de mercenários portugueses e mestiços vindos de São Paulo com o objetivo de capturar cativos indígenas.

A HISTORY STAINED WITH BLOOD

The Guarani-Kaiowa, or Kaiowa and Guarani, as they prefer to be called, are direct descendants of the guarani speaking groups that inhabited communities along Rio da Prata basin in the 16th century, when the Spanish arrived at the region. Archeological evidence indicates that the ancestors of these groups came from the Amazon about 2 to 3 thousand years ago, from a spreading region of the culture tupi-guarani, currently located at the province of Rondônia.

The ancient Guarani, found initially in large villages on the riverbanks that include Rio da Prata, Rio Paraguai and Rio Paraná, were recognized since the very beginning as great at farming and were at first hospitable to the Europeans. According to chroniclers, the region that included Rio da Prata Basin, Chaco, and the Andean foothills was known for intense contact between its inhabitants. There was a considerable net of alliances, commerce, and wars. Part of the region, currently known as Mato Grosso do Sul, was known as Itatin, and its inhabitants who spoke guarani, were called Itatines.

The Spanish legislation allowed settlers the right to claim the service of the indigenous people, a labor system known at the time as “orders” (“encomendas”). At the beginning of the 17th century, this demand for forced labor generated serious conflicts and led thousands of indigenous people to move to Jesuit missions in search of protection. There they tried to escape slavery and the attacks of armed pioneers, the Bandeirantes—a group of Portuguese mercenaries and mestizos from the São Paulo region that seek to capture captive indigenous people.



Ao longo do século XVII, milhares de indígenas Guarani foram aprisionados nas missões nas regiões do Guairá e Itatin – correspondentes, hoje, ao oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul, aproximadamente. Levados a São Paulo, trabalharam como escravos nas fazendas, sendo chamados de “negros da terra” – diferenciando-os dos também escravizados “negros de África”. Os sobreviventes dos ataques continuaram sujeitos a outras expedições de apresamento, refugiando-se em regiões de matas mais densas, como as que são atualmente habitadas pelos Kaiowa e Guarani.

Entre os séculos XVIII e XIX, essas populações de refugiados foram “redescobertas” pelos exploradores de então e por iniciativas coloniais como a construção do Forte de Iguatemi (1765–70). Chamados de Caaguá (“os da mata”) ou Montesés, eram descritos como grupos abertos ao contato e já contando, segundo os textos dos viajantes, com características semelhantes às hoje encontradas entre os Kaiowa, como o uso da língua guarani e de adornos labiais, além de trajes de algodão.

A Guerra da Tríplice Aliança deu-se, em grande parte, sobre territórios habitados por esses povos. Após o fim dos conflitos, em 1877, o imperador Dom Pedro II concede a Thomaz Larangeira a concessão para explorar a erva-mate nativa em um território que, após arranjos posteriores, chegaria, no final do século XIX, a 5 milhões de hectares, correspondendo a todo o sul de MS e parte do oeste do Paraná.

A Companhia Matte Larangeira (CML) mantém o domínio sobre grande parte desse território até os anos 40, quando finalmente Getúlio Vargas anula os contratos de concessão para a empresa. Os trabalhadores que atuavam na extração de erva-mate enfrentavam condições duríssimas. Em 1927, um funcionário do Serviço de Proteção ao Índio estimou que, em diversas localidades, os indígenas somavam mais da metade ou até 75% dos trabalhadores da empresa. A empresa, segundo os depoimentos, utilizava a chamada escravidão de

Throughout the 17th century, millions of Guarani were kept against their will on missions in the regions of Guairá and Itatin, that currently corresponds to the west of Paraná and Mato Grosso do Sul states. They were taken to São Paulo and worked as slaves in farms where they were called “negros from the land”, a designation that differentiated them from the slaves called “negros from Africa”. The ones that survived the earlier attacks kept being sought after in other expeditions and tried to hide on denser forest regions, where currently the Kaiowas and Guaranis live.

Between the 18th and 19th centuries, these groups of refugees were “rediscovered” by the explorers of that time and by colonial initiatives like the construction of the Iguatemi Fort (1765–70). They were then called Caaguá (“from the forest”) or Montesés and were described as groups that were open to contact. According to texts of travelers, they had similar characteristics to the ones found today among the Kaiowa, like the use of guarani language, lip adornments, and cotton attires.

The War of the Triple Alliance took place mostly in the territories inhabited by these groups. In 1877, after the end of the conflicts, the emperor Dom Pedro II granted Thomaz Larangeira the right to explore Paraguayan tea (*Ilex paraguayensis*) in a region that, through later deals, would amount to 5 million acres at the end of the 19th century, corresponding currently to the whole south of Mato Grosso do Sul state and part of the west of Paraná state.

The Matte Larangeira Company (MLC) dominated a vast part of this territory until circa 1940, when Getúlio Vargas, then president of Brazil, finally abrogated the concession contracts granted to the company. The workers that labored on the extraction of the Paraguayan tea worked under very harsh conditions. In 1927, an employee of the Indian Protective Service, a government agency created to administer indigenous affairs, estimated that in many localities, the indigenous people represented more than half or even up

barracão e um sistema de repressão armada e execuções, conhecido na memória indígena como “captura”.

As terras devolutas em posse de comunidades indígenas – que deveriam ter sido reconhecidas pelo Estado como tal, segundo a lei 601/1850 – passam a ser consideradas, na prática, como propriedade da CML ou dos colonos ao longo das décadas. Isso porque a Assembleia de Mato Grosso autoriza em 1915 que parte dessas terras fosse reivindicada por outros não indígenas, o que inicia um processo de concessão de títulos das áreas, em disputa com a CML.

Em paralelo, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), fundado em 1910, cria, entre 1915 e 1928, oito reservas indígenas no sul de Mato Grosso. As áreas destinadas aos Kaiowa e Guarani foram escolhidas em função da proximidade das então nascentes cidades da região ou de áreas onde se concentravam os trabalhadores da CML.

Em sua política de ocupação territorial conhecida como “Marcha para o Oeste”, o governo Vargas impulsiona a colonização do Sul de Mato Grosso com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Mais uma vez, a existência de comunidades indígenas na área destinada aos colonos é ignorada. A saída para os Kaiowa e Guarani é buscar alianças com os recém-chegados para garantir sua sobrevivência. Passam a trabalhar em atividades como a derrubada de matas e o plantio e capina de lavouras ou como peões na pecuária extensiva.

O impulso final para o confinamento territorial dos Kaiowa e Guarani nas reservas estabelecidas pelo SPI se dá durante o governo militar (1964–85), que incentiva fortemente a instalação dos complexos agroindustriais da soja e da cana-de-açúcar na região e, mais uma vez, passa por cima dos direitos indígenas. Centenas de famílias kaiowa e guarani que já não tinham serventia como mão-de-obra dentro das fazendas são levadas para dentro das reservas, muitas vezes nos veículos da própria Fundação Nacional

to 75% of the workers in the company. According to some reports, the company used what is known as “truck system” and an approach of armed repression and executions, named in the memory of indigenous people as “capture”.

The vacant land occupied by the indigenous communities—that should have been recognized as such, according to the land law 601/1850—in practical terms was considered part of the property of MLC or property of settlers for decades. This was due to the Mato Grosso do Sul state assembly that authorized the claim of part of this region to non-indigenous groups which started a process of land title concession, disputing the land rights of MLC.

At the same time, the Indian Protective Service (IPS), founded in 1910, between 1915 and 1928 IPS created eight indigenous areas in the south of Mato Grosso state. These indigenous reservations granted to the Kaiowas and Guaranis were chosen based on the proximity of new cities of the region or areas where there was a concentration of CML workers.

Under the term of President Vargas, during what was called “The March toward the West”, a Brazilian federal policy of territorial occupation propels the occupation of Mato Grosso do Sul state with the creation of the National Agricultural Colony of Dourados. Once more, the right to the land of indigenous communities in the region was ignored. The solution found by the Kaiowas and Guaranis was to firm alliances with the recently arrived groups to guarantee their survival. Indigenous labor was used on deforestation, agriculture, and cattle farming.

The final push for the territorial confinement of the Kaiowas and Guaranis on reservations established by the IPS took place during the military dictatorship (1964–85), when there was an incentive to the development of soybean and sugar cane agro-industrial complexes in the region, and the indigenous people right to land was once more ignored. According to witnesses, hundreds of Kaiowa and Guarani families, as they were no longer useful to the farms, were



do Índio (Funai), conforme testemunhos. A Comissão Nacional da Verdade (2013-14) mostrou como diversos despejos realizados entre os anos 50 e 80 tinham apoio oficial de órgãos federais.

A partir de meados dos anos 70, conforma-se a dura realidade que perdura até hoje no interior de boa parte das reservas, com a chegada de centenas de famílias despejadas. Sem alternativa de subsistência, em função da superlotação das reservas e da falta de assistência social, os homens indígenas passam a trabalhar como cortadores de cana para as usinas de álcool recém-instaladas na região – por vezes em situações análogas à escravidão –, enquanto muitas mulheres buscam as cidades para pedir por ajuda nas ruas ou trabalhar como empregadas domésticas. Em pouco tempo, com a desestruturação social, crescem os índices de alcoolismo, violência e os suicídios, sobretudo entre os jovens. Desde o início dos anos 80, já são cerca de 1,2 mil dessas mortes, geralmente por enforcamento – uma taxa de suicídios comparável às mais altas do mundo.

A situação social exibe algumas melhoras a partir dos anos 90, com a implementação de políticas sociais como as aposentadorias rurais, a merenda escolar e o Bolsa Família. Mesmo assim, problemas como os suicídios, a violência e a desnutrição infantil persistem. Em função do mal estar gerado pela superlotação e a falta de terras, as famílias indígenas passam a organizar-se para retomar as áreas de onde foram expulsas, a partir das assembleias Aty Guasu (grandes reuniões), eventos que organizam uma rede de solidariedade para retomar dezenas de áreas reivindicadas como terras de ocupação tradicional.

Com a Constituição de 1988, o país se compromete a demarcar as terras indígenas em cinco anos. A mesteja não é cumprida, e o processo em MS avança apenas parcialmente. Se, nos anos 80, os Kaiowa e Guarani dispunham unicamente de oito reservas reconhecidas, com cerca de 18 mil

taken to the reservations, many times driven by official cars of the National Indian Foundation (Funai). The National Truth Commission (2013-14) showed that many transfers of families that took place between the '50s and the '80s had the official support of federal offices.

Around the beginning of the '70s, with the arrival of hundreds of evicted families, a harsh reality became the norm and it remains as such until today in most reservations. With no means of subsistence, due to overcrowded reservations and lack of government support, the men living in the reservations started to work as sugar cane cutters for ethanol plants, recently established in the region. The employment system was at times akin to slavery. The women wandered through towns begging on streets or looking for work as maids. In a short period, with the lack of social structure, the rates of alcoholism, violence, and suicide increased, especially among young adults. Since the beginning of the '80s, there have been more than one thousand deaths suicides, usually by hanging. This rate is among the highest in the world.

Their social situation had some improvement around the '90s, with the implementation of social policies like rural retirement, school meals, and Bolsa Família, a conditional cash transfer federal program. Despite the improvements, suicide, violence, and malnutrition remain real problems. Due to overcrowding and lack of land, the indigenous families started to get organized to reclaim the areas from where they were expelled. They got together in assemblies called "Aty Guasu", also known as large gatherings, and set up a net of solidarity to reclaim dozens of areas that were originally inhabited by the indigenous people.

The new constitution of 1988 brought some hope with the commitment of the demarcation of indigenous land within five years. The promise was not completely fulfilled, and the process in the state of Mato Grosso do Sul advanced only partially. In the '80s, if Kaiowas and Guaranis had only 8 legal reservations, with

hectares, hoje são mais de 70 áreas, em diferentes estágios de regularização. Há desde terras indígenas já homologadas até áreas em estudo, em que os indígenas se mantêm à custa de liminares obtidas na Justiça Federal. O Estado brasileiro mostra-se impotente para dar respostas definitivas nesse conflito. De um lado, os indígenas que foram vítimas de esbulho. De outro, colonos que têm títulos de suas terras, pois o próprio Estado brasileiro, no passado, atropelou os direitos indígenas. O impasse gera reação dos fazendeiros. Desde os anos 80, há uma lista de dezenas de indígenas, incluindo lideranças, mortas em ataques dos ruralistas.

A situação se deteriorou ainda mais depois do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, com as consequências diretas do que vem sendo denominado por alguns pesquisadores como o fim da Nova República no Brasil. O período, marcado pela redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988 abriu aos povos indígenas a possibilidade de, finalmente, ver reconhecidos diversos de seus direitos. Os fazendeiros organizaram-se principalmente no Legislativo, propondo mudanças nas leis em prol de seus interesses, por meio da chamada bancada ruralista, que hoje conta com mais de 200 deputados – para efeito de comparação, em 2018, os indígenas brasileiros elegeram apenas uma deputada federal.

A bancada ruralista, como uma das principais fiadoras do impeachment e também da eleição do atual governo, passou a, cobrar, cada vez mais, o compromisso do Executivo em paralisar as demarcações. Em 2018, em diversas ocasiões, o então presidente eleito, Jair Bolsonaro, declarou seu compromisso de não demarcar “um centímetro quadrado a mais de terra indígena”. Por ora, esse é o programa de governo que se vê sendo implantado.

Enquanto isso, os Kaiowa e Guaraní resistem nas áreas ocupadas à custa de decisões judiciais e programas sociais. Não há solução à vista para o conflito em Mato Grosso do Sul.

an area that included around 18 thousand acres, currently there are more than 70 areas, in different phases of regularization. Some are now officially indigenous land, others are still under advisement, and the indigenous people in these areas can only remain there through legal injunctions obtained with the Brazilian Federal Justice System. The Brazilian government seems impotent to solve this conflict. On one hand, there are the indigenous people, victims of dissesion. On the other hand, there are the settlers who own the title to their lands since the Brazilian government ignored the indigenous rights to their lands. This deadlock created a reaction from the farmers. There is a list of dozens of indigenous people, including leaders, that were killed on attacks of farmers, and this has happened since '80s.

The situation has worsened even more after the impeachment of President Dilma Rousseff in 2016, leading to direct consequences that are being called by some researchers as the “End of the New Republic in Brazil”. The period when democracy was reinstated and the promulgation of the 1988 Constitution finally brought hope to the indigenous groups to see their many rights acknowledged. Farmers took no time to get organized, especially in the legislative system, and proposed changes through what is known as the “rural bench” at the National Congress. Currently, the rural bench has more than 200 members, contrasting with only one elected indigenous congresswoman in 2018.

The rural bench, one of the main supporters of the impeachment and the election of the current government, increasingly started to make demands to the government to pause all demarcations. In 2018, in many instances, the newly elected president, Jair Bolsonaro, stated his commitment not to assign “even a square inch of indigenous land”. For now, this is the current government plan in action.

Meanwhile, the Kaiowas and the Guaranis resist in occupied land thanks to legal decisions and social programs. There is no foreseeable solution to the conflict in Mato Grosso do Sul.



Povos indígenas: os odiados do governo brasileiro

Kenarik Boujikian

“Eu odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo. Odeio... Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo... Acabar com esse negócio de povos e privilégios. Só pode ter um povo”.

Durante reunião ministerial, realizada no dia 22 de abril de 2020, no Palácio do Planalto, sob o comando do presidente da república, Jair Bolsonaro, a frase acima foi pronunciada, com todo ódio possível, pelo ministro da educação, Abraham Weintraub. Todos permaneceram silentes. Sequer meia palavra contrária. Concordância absoluta.

Reflete e revela a face dos direitos humanos dos povos indígenas na atualidade. Trocando em miúdos, a palavra de ordem é: povos indígenas não existem como tal; o quase nada que é garantido aos indígenas tem que acabar e quem não aceita esta nova ordem não deve viver. Reitera o que o presidente Jair Bolsonaro havia dito em data recente: “Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós. Então, fazer com que o índio cada vez mais se integre à sociedade”.

Imprescindível lembrar que temos instrumentos normativos internacionais e regionais de direitos humanos – especialmente após a Declaração Universal dos Direitos Humanos –, que têm a dignidade humana como referencial ético, mas que não foram suficientes para o resguardo dos direitos relativos aos povos indígenas. Tais instrumentos centram sua atenção na perspectiva dos direitos individuais. Ficava descoberta a necessidade de proteção sob a ordem coletiva, indispensável para sua existência, bem-estar e desenvolvimento integral como povo, afetando sua dignidade como grupo humano, com identidade cultural própria.

INDIGENOUS PEOPLES: HATED BY THE BRAZILIAN GOVERNMENT
“I hate the term ‘indigenous peoples’, I hate that term. I just hate it ... There is only one people in this country. If you want to belong, so be it. If not, back up. We are the Brazilian people, there’s only one people... Let’s end this business of peoples and privileges. There can only be one people.”

During a cabinet meeting chaired by President Jair Bolsonaro, held on April 22, 2020 at the Planalto Palace, the Minister of Education, Abraham Weintraub, made the statement above with as much hatred as possible. Everyone remained silent. Not even a half word to the contrary. Absolute agreement.

It reflects and uncovers the state of indigenous peoples’ human rights today. In other words, the watchword: indigenous peoples do not exist as such; the almost nothing that is guaranteed to them has to end and whoever does not accept this new order of things must not live. It reiterates what President Jair Bolsonaro had recently said: “More and more, indians have become human beings like us. So, indians should more and more be integrated into society.”

It is essential to bear in mind that we do have international and regional normative instruments for human rights – especially after the Universal Declaration of Human Rights – with human dignity as the core of their ethical framework; yet, these are not sufficient to safeguard the rights of indigenous peoples. These instruments focus on the rights of individuals. The need for protection as a collective order is not taken into account. This protection is essential to their existence, well-being and integral development as peoples, affecting their dignity as a group of human beings with their own cultural identity.



Diante da constatação desse vazio, foram adotados instrumentos internacionais de caráter coletivo. Primeiro tivemos o Convênio 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1957, revisado pelo Convênio 169 da OIT, de 1989, posto que aquele tinha visão integracionista. Ainda, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas, de 2007.

Em termos nacionais, o marco legislativo é a Constituição Federal de 1988, conquistado pelos povos indígenas, protagonistas desta história, que acolheu o princípio da diversidade e alteridade e consagrou o direito congênito às terras tradicionais. O artigo 231 determina: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

O fato é que a consistente normativa não tem sido suficiente para assegurar a existência dos povos indígenas e seus direitos, pois as violações não são a exceção, mas a regra no dia a dia dos povos.

Por este motivo, organizações indígenas e indigenistas travam lutas diárias pela vida e sobrevivência e, não por outra razão, tais organizações e também alguns Estados membros da ONU, através da revisão periódica universal, encaminham suas reflexões, apontam as violências de toda ordem e apresentam recomendações sobre o descumprimento das normas de proteção dos povos indígenas do Brasil e apelam para que os povos não sejam exterminados fisicamente e culturalmente.

Mas as violações se acumulam.

Em uma parte do Brasil, no Mato Grosso do Sul, encontramos uma grande população indígena de cerca de 80 mil pessoas, em quase 80 aldeias e oito etnias. Lá se encontra uma das etnias de maior população indígena do país: os

In view of this gap, international instruments with a more collective quality were adopted. First there was Convention No. 107 adopted by the International Labour Organization in 1957, and then Convention No. 169 in 1989, a revision of the former due to its integrationist view. Additionally, there is the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination, and the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, adopted in 2007.

Within Brazil, the legislative framework is given by the Federal Constitution of 1988, which embraced the principle of diversity and alterity, and established the birthright to traditionally owned land for the indigenous peoples, protagonists in this history. Article 231 states: “Indigenous peoples’ social organization, customs, languages, beliefs and traditions, and the original rights over the lands they traditionally occupied are here acknowledged; the Federal Government is responsible for demarcating their land, protecting them and making sure all their assets are respected”.

The fact is that consistent regulations have not been enough to protect the existence of indigenous peoples or their rights, because violations are not the exception, but the rule in these peoples’ daily lives.

For this reason, indigenous organizations and indigenism activists engage in daily struggles for the life and survival of indigenous peoples. For no other reason, these organizations, along with some UN member states through the Universal Periodic Review, forwarded their reflections, pointing out all kinds of violence and making recommendations regarding non-compliance with the norms protecting indigenous peoples in Brazil, pleading for these peoples not to be exterminated physically or culturally.

But violations pile up.

In Mato Grosso do Sul, a state in Brazil, we find a large indigenous population of about 80 thousand people from eight ethnic groups spread over almost 80 villages. In that region one of the ethnic groups with the largest indigenous

Guarani e Kaiowá, em situação de extrema pobreza. Muitos moram em áreas degradadas e contaminadas pela poluição ou por agrotóxicos. Não são destinatários de políticas públicas nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento econômico sustentável, e não há consideração de seus valores culturais. Some-se a tudo a violência, sentida e vivida por todos, das crianças aos idosos.

Os relatos das diversas violações, colhidos pelos próprios indígenas, indicam essa série infindável.

E tudo se agrava neste início de 2020, com a pandemia decorrente da COVID-19, em que as omissões das autoridades podem levar à dizimação dessa população, muito mais sensível às doenças respiratórias e que já estão submetidos a maior vulnerabilidade social e econômica.

O direito humano à saúde precisa de urgente garantia, com fornecimento de alimentos compatíveis e água potável; estruturação adequada de pessoal da área da saúde; medicamentos; vacinação; equipamentos de proteção; testagem e insumos de proteção e higiene dirigidos ao atendimento dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, dentre outras ações, tudo com prévio e constante diálogo, em cumprimento à autodeterminação das comunidades e do movimento indígena.

As lideranças indígenas da *Aty Guassu* dos povos Guarani e Kaiowá já denunciaram o grave quadro, com a notícia de contaminações, morte e total inoperância para a COVID-19 nas aldeias. Há um crescendo das contaminações e uma assinatura para este estado de coisa: o Estado brasileiro, responsável pela vida e morte e pela disseminação do contágio do coronavírus.

As violações aos direitos humanos dos Guarani e Kaiowá são sua história e cotidiano por séculos, mas sempre construída pela resistência.

Mais do que nunca o Estado brasileiro é chamado a cumprir o seu dever com os Guarani e Kaiowá.

É uma questão de vida!

population in the country is found: the Guarani-Kaiowá. Living in extreme poverty, many reside in degraded areas, contaminated by pollution or agrochemicals. They are not beneficiaries of public policies in the areas of healthcare, education and sustainable economic development, and their cultural values are not considered. Added to all this, there is violence, felt and experienced by everyone, from children to their elderly.

Reports of the various violations, collected by indigenous people themselves, indicate this endless series of hardships.

And everything is getting worse now at the beginning of 2020, with the COVID-19 pandemic, wherein the omissions of authorities can lead to the decimation of this population, which is much more sensitive to respiratory diseases and is already exposed to greater social and economic vulnerability.

The right to health needs urgent assurance, through: supply of drinking water and compatible food; proper structuring of healthcare personnel; available medications; vaccination; protective equipment; testing; and protection and hygiene supplies, all aimed at serving the indigenous peoples of Mato Grosso do Sul, and all with prior and constant dialogue, in compliance with the self-determination of their communities and the practices of the indigenous movement.

The *Aty Guassu* indigenous leaders of the Guarani-Kaiowá peoples have already denounced this serious situation, with news of spreading infection, death and total inoperability to address COVID-19 in the villages. Infection is on the rise and there is an endorser for this state of affairs: the Brazilian Government, which is accountable for life and death and for the spread of coronavirus.

Violations of the Guarani-Kaiowá’s human rights have been part of their history and daily life for centuries, but always counteracted by resilience.

Now more than ever, the Brazilian Government is urged to fulfill its duty towards the Guarani-Kaiowá.

It’s a matter of life!

Direito de existência e livre determinação dos Kaiowá e Guarani

Liana Amin Lima da Silva¹

“sin tekoha no hay teko, sem o lugar onde somos o que somos, não somos nada.” (MELIÀ, 2016)

É dever dos Estados reconhecer o caráter pluricultural e multilíngue dos povos indígenas. Os povos indígenas têm direito à livre determinação. Em virtude desse direito, definem livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. (artigos II e III da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, 2016)

No sul do Mato Grosso do Sul, região de intenso conflito fundiário e de violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil, os Guarani e Kaiowá vivem confinados em 08 pequenas reservas criadas no início do século XX pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão antecessor da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e em acampamentos e movimentos contínuos pela retomada dos *tekohas*.

O direito originário sobre as terras que os indígenas tradicionalmente ocupam está garantido na Constituição Federal de 1988 (art. 231). A Constituição representa em âmbito nacional a superação do assimilacionismo integracionista, ao reconhecer os direitos culturais e direitos territoriais dos povos indígenas.

¹ Professora de Direitos Humanos e Fronteiras da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pós-doutoranda e Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

THE RIGHT OF THE KAIOWÁ AND GUARANI TO EXISTENCE AND TO SELF-DETERMINATION

“sin tekoha no hay teko, without the place where we are what we are, we are nothing.” (MELIÀ, 2016)

States must recognize and respect the multicultural and multilingual character of the indigenous peoples. Indigenous peoples have the right to self-determination. By virtue of that right, they freely determine their political status and freely pursue their economic, social, and cultural development. (Articles II and III of the American Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, 2016)

In southern Mato Grosso do Sul, a Brazilian region of major land conflicts and repeated violations of the rights of indigenous peoples, the Guarani and Kaiowá live confined to 8 small reservations—established in the early 20th century by the Indian Protection Service (SPI), a government agency that later became the National Indian Foundation (FUNAI)—and to camps, continually moving so as to reclaim their *tekoha* (communities).

The original right over the lands that the indigenous people have traditionally occupied is guaranteed by the Federal Constitution of 1988 (art. 231). At the national level,

¹ Professor of Borders and Human Rights, Faculty of Law and International Relations, Federal University of Grande Dourados (UFGD). Post-doctoral student and PhD in Law from the Pontifical Catholic University of Paraná, Brazil.



No âmbito internacional, os avanços se deram com a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1989, ratificada pelo Brasil em 2002), Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007), Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (OEA, 2016) e jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Para os povos indígenas o direito à terra está estritamente ligado ao direito à vida, à integridade física e cultural e à existência enquanto coletividade com identidade étnica diferenciada.

A Convenção n. 169, em seu artigo 1º, dispõe que a utilização do termo “povos” não terá efeitos ou implicações no direito internacional. Ou seja, os povos indígenas não ameaçam à soberania dos países. A Convenção prevê que os povos têm direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento que lhes afete. O direito à autodeterminação está também previsto nas Declarações (ONU, 2007 e OEA, 2016), assim como o direito à participação, à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado sobre toda medida administrativa ou legislativa que afete a vida dos povos e seus territórios.

Antes da pandemia por Corona Vírus, os Guarani e Kaiowá já viviam em um cenário de guerra e pobreza extrema, sem acesso à água potável, sem alimentação suficiente e soberania alimentar, confinados em áreas contaminadas por agrotóxicos no mar sem fim de monocultivos de soja.

Na última década, diversos ataques violentos e lideranças indígenas foram assassinadas. Soma-se à dramática situação de crianças e jovens indígenas retiradas do convívio familiar e comunitário, encaminhadas para abrigos e processos de adoção, violando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), a Constituição e a Convenção 169. Em 2018, havia 65 crianças e jovens Guarani e Kaiowá nessa condição, 50 somente no município de Dourados (CIMI, 2018).

Com a pandemia, as violações aos direitos indígenas se agravaram em um Estado que desumaniza e nega a exis-

the Constitution represents a way to overcome integrationist assimilation by acknowledging indigenous peoples’ rights to their culture and to their land.

Internationally, progress has been made with ILO Convention 169 on Indigenous and Tribal Peoples (1989, ratified by Brazil in 2002), United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (UN, 2007), American Declaration on the Rights Indigenous Peoples (OAS, 2016) and jurisprudence from the Inter-American Court of Human Rights.

For indigenous peoples, the right to land is tightly linked to the right to life, to physical and cultural integrity, and to their existence as communities with their own ethnic identities.

Convention 169, Article 1, provides that the use of the term “peoples” will have no effect or implications on international law. In other words, indigenous peoples do not threaten the sovereignty of existing countries. The Convention provides that these peoples have the right to choose their own priorities with regard to development processes that affect them. The right to self-determination is also provided for in the Declarations (UN, 2007 and OAS, 2016), as well as the right to participation, consultation and free, prior and informed consent on any administrative or legislative measure that affects the lives of those peoples and their territories.

Before the coronavirus pandemic, the Guarani and Kaiowá already lived in war-like conditions and in extreme poverty, with no access to drinking water, no sufficient food and no food sovereignty, confined to areas that are contaminated by agrochemicals in an endless sea of monoculture soy crops.

Over the past decade, there have been several violent attacks, and indigenous leaders have been murdered. Added to this is the dramatic situation of indigenous children and youth removed from family and community life,

tência dos povos, rejeita os princípios da democracia participativa pluralista e a livre determinação dos povos. Contudo, os povos Guarani e Kaiowá, por meio de suas lideranças tradicionais e anciões, Ñandesys, Ñanderús, *Xeramois*, assembleias e organizações políticas representativas (Conselho Guarani e Kaiowá, composto por Aty Guasu, Kuñangue Aty e Retomada Jovem Indígena - RAJ), lutam pela sobrevivência construindo barreiras sanitárias por sua própria conta e risco.

A Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio (ONU, 1951) define como genocídio os atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Clavero, em sua obra, *¿Hay genocidios cotidianos?* nos mostra a banalidade e a invisibilidade do genocídio. Para Clastres, “o genocídio assassina os povos em seus corpos, o etnocídio os mata em seu espírito”.

Se acreditamos que a vida importa, que os povos, a terra e a natureza não são mercadorias, ou seja, não podem ser descartadas ou “consumidas”, se acreditamos que “o amanhã não está à venda” (Krenak, 2020), devemos compreender que “os povos indígenas não estão no fim da história, senão no início de um futuro diferente” (MELIÀ, 2016). A resiliência, a re-existência dos Kaiowá e Guarani na incessante busca pelo “lugar onde se é” nos ensina sobre os direitos de existência nos territórios de vida e não de morte.

REFERÊNCIAS REFERENCES

- CIMI. Conselho Indigenista Missionário. *Racismo institucional: justificando pobreza*. Estado retira crianças de suas famílias Guarani e Kaiowá. 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/03/racismo-institucional-justificando-pobreza-estado-retira-criancas-de-suas-familias-guarani-e-kaiowa/>
- CLAVERO, Bartolomé Clavero. *¿Hay genocidios cotidianos? y otras perplejidades sobre América indígena*. Dinamarca: Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA), 2011. Disponível em: <https://www.bartolomeclavero.net/wp-content/uploads/2014/08/genocidio-cotidiano.pdf>.
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência*. Pesquisas de antropologia política. Publicado em 1980. Edição brasileira de 2004. São Paulo: Ed. Cosac & Naify.
- KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020
- MELIÀ, BARTOMEU. *Camino Guaraní*. Guarani Rape. De lejos venimos, hacia más lejos caminamos. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 2016.

sent to shelters and put up for adoption, in violation of the Statute of Children and Adolescents (Federal Law no. 8.069, 1990), of the Constitution and of Convention 169. In 2018, there were 65 Guarani and Kaiowá children and youth in this situation, 50 of whom in the municipality of Dourados (CIMI, 2018).

With the pandemic, violations of indigenous rights were exacerbated by a government that dehumanizes and denies the existence of indigenous peoples, rejects the principles of pluralist participatory democracy and dismisses the self-determination of these peoples. Nevertheless, the Guarani and Kaiowá peoples, through their traditional leaders and elders—Ñandesys, Ñanderús, *Xeramois*—, congregations and representative political organizations (Guarani and Kaiowá Council, encompassing the *Aty Guasu*, *Kuñangue Aty* and Indigenous Youth Revival—RAJ), fight for survival by building sanitation barriers at their own risk.

The UN Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (UN, 1951) defines genocide as any act committed with intent to destroy, in whole or in part, a national, ethnical, racial or religious group. Clavero, in his work *¿Hay genocidios cotidianos?*, shows us the banality and invisibility of genocide. According to Clastres, “genocide kills peoples in their bodies, ethnocide kills them in their spirit”.

If we believe that life matters, that peoples, land and nature are not commodities, that is, they cannot be disposed of or “consumed”, if we believe that “tomorrow is not for sale” (Krenak, 2020), we must understand that “indigenous peoples are not at the end of their history, but at the beginning of a different future” (MELIÀ, 2016). The resilience, the re-existence of the Kaiowá and Guarani in the relentless search for the “place where one can just be” teaches us about the right to existence in the domains of life and not of death.

Pesquisar problemas, estudar suas raízes e pensar em soluções

Gabriela Thomazinho

A linha de atuação do projeto Garantia de Direitos Humanos da População Guarani e Kaiowá partiu de uma rede de defensores Guarani e Kaiowá, formada por lideranças, rezadores, professores e pessoas de referência em suas comunidades. Esta rede foi responsável por diagnosticar problemas e violações de direitos humanos entre os membros de suas comunidades Guarani e Kaiowá. A partir desse diagnóstico, foi realizada conjuntamente a análise dos problemas apontados, de suas raízes, da legislação que ampara os diversos direitos, além de caminhos possíveis para enfrentar a raiz desses problemas.

Para apoiar a ação desta rede local junto às suas aldeias, foi realizado o Curso de Formação de Pesquisadores Comunitários, conduzido pelo professor Eliel Benites entre novembro de 2018 e maio de 2020. O curso buscou instrumentalizar as equipes locais para a atuação em suas comunidades na compreensão e defesa de seus direitos, propiciando um espaço de formação para que a busca de soluções seja feita com autonomia interna. Os participantes desta rede, que são defensores de direitos humanos das comunidades locais, autodenominaram-se pesquisadores comunitários, dado que sua atividade dentro do projeto tem o caráter de pesquisa sobre os problemas enfrentados em suas comunidades. Nas palavras de um dos participantes: “Sempre nos pesquisaram; agora nós que vamos nos pesquisar”. Para tanto, o curso realizou uma capacitação estratégica em educomunicação, legislação e direitos humanos, além de co-construir com os pesquisadores as estratégias de atuação em equipe para solucionar os problemas.

EXAMINING PROBLEMS, STUDYING THEIR ROOT CAUSES AND COMING UP WITH SOLUTIONS

The line of action of the Guarani Kaiowá Human Rights Protection Project originated from a network of Guarani and Kaiowá advocates: leaders, prayers, teachers and people who are references in their communities. This network was responsible for diagnosing problems and human rights violations among members of their Guarani and Kaiowá communities. Based on this diagnosis, a joint analysis of these problems, their root causes, the legislation that supports the various rights, as well as possible ways to address the root of these issues was carried out.

In order to support the initiative of this local network in their villages, a Training Course for Community Researchers was conducted, led by Professor Eliel Benites between November 2018 and May 2020. This course sought to equip local teams to work with their communities in understanding and defending their rights, thus providing a learning space that increased internal autonomy in their search for solutions. The participants in this network, who are defenders of human rights in their local communities, self-identified as community researchers, since their activity within the project is to look into the problems faced by their communities. In the words of one the participants: “They have always done research on us; now we are going to do research on ourselves”. To this end, the course provided strategic training in educommunication, legislation and human rights, in addition to jointly devising teamwork strategies to solve problems with community researchers.



A principal metodologia do projeto, tanto em seu processo formativo como na escuta de problemas comunitários, foram as rodas de conversa. Na cultura Guarani e Kaiowá elas são representadas pelas tradicionais rodas de *tereré* (chá gelado de mate, que é compartilhado pelo grupo), que se configuram como espaço de coleta da história de um problema, de compartilhamento de sentimentos e de perspectivas, da afirmação da sua cultura tradicional e de construção coletiva de soluções.

O potencial das conversas em círculo é reconhecido por seu poder de construção de consensos e sensibilização de várias partes, sendo utilizadas em diversas situações de decisão comunitária ou de conflito, principalmente por comunidades indígenas ao redor do mundo. No livro *Processos Circulares de construção de paz*, Kay Pranis estuda as práticas restaurativas de povos indígenas norte-americanos e canadenses, enfatizando o poder das rodas de conversa para gerar empatia, criar vínculos e comprometimento dado que são espaços de encontro, de compartilhamento, de identificação de similaridades entre as partes e de construção de consensos.

Como explicitado anteriormente, o projeto Garantia de Direitos da População Guarani e Kaiowá visou proteger os direitos humanos desse grupo a partir de um levantamento das violações a estes direitos. A metodologia do curso e da formação para promoção dos direitos humanos baseou-se nas práticas de educação escolar indígena que vieram à tona após a aprovação da Constituição Federal de 1988. De acordo com Eliel Benites¹, projetos de educação indígena das últimas décadas buscam o fortalecimento da identidade, da cultura e dos conhecimentos

¹ Eliel Benites discute projetos de educação escolar indígena em sua dissertação de mestrado publicada em 2014, “Oguata Pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da reserva indígena Te’yikue”

The main methodology of the project involved conversation circles both in its formative process and in listening to community problems. In the Guarani and Kaiowá culture these are represented by the traditional circles of *Tereré* (iced mate tea shared among the group), which denote a space for confiding their problems, for sharing feelings and perspectives, for affirming their traditional culture, and for collectively working towards solutions.

The potential of conversation circles is acknowledged for its power to build consensus and raise awareness among various parties, and they are used in a range of situations involving community decisions or conflicts, especially by indigenous communities around the world. In her *Little Book of Circle Processes: A New/Old Approach to Peacemaking*, Kay Pranis studies the restorative practices of North American and Canadian indigenous peoples, emphasizing the power of conversation circles to generate empathy and to create bonds and commitment, since these are spaces for coming together, for sharing, for finding similarities between the parties and for building consensus.

As explained above, the Guarani Kaiowá Human Rights Protection Project aimed at protecting the human rights of this population starting with a survey of violations of these rights. The methodology of the course and training to promote Human Rights derived from indigenous schooling practices that came to light after the Brazilian Federal Constitution of 1988 was enacted. According to Eliel Benites¹, in the last decades indigenous education projects have sought to strengthen traditional identity, culture and knowledge through a dialogue with other types of knowledge and other cultures.

¹ Eliel Benites discusses indigenous schooling projects in his master’s dissertation, published in 2014, “Oguata Pyahu (a new journey) in the process of deconstructing and constructing indigenous schooling in the Te’yikue indigenous reserve”

tradicionais a partir de um diálogo com outros saberes e outras culturas.

Ao estudar as raízes históricas dos problemas que atingem as comunidades Guarani e Kaiowá, a metodologia do projeto também se mostrou análoga à tradição da Educação Popular, em que a prática pedagógica deve partir do universo vivenciado pelo educando. Para potencializar a condição de ator social de seus alunos, o educador deve desocultar a razão dos problemas sociais, e por isso o ensino do conteúdo deve ser feito por uma leitura crítica da realidade vivida no cotidiano do estudante. Portanto, a realidade estudada não deve ser considerada como estática, e sim resultado dos processos sociais.

Estas perspectivas atravessaram todo o Curso de Pesquisadores Comunitários, a começar pela análise do que é uma Violação de Direitos Humanos. Para partir do universo dos Guarani e Kaiowá, realizou-se a tradução do termo *violação* para “problemas que impedem a vida harmoniosa na comunidade” – o *Teko Joja*. Portanto, durante o curso e neste livro, problema é considerado um equivalente à violação de direitos. Foram abordadas algumas perguntas geradoras de análise sobre os problemas vividos nas comunidades, sendo as principais:

- O que impede os Guarani e Kaiowá de serem felizes?
- O que é problema?
- Quais as raízes dos problemas que afetam os Guarani e Kaiowá?

Com base nestas questões foi iniciado um processo de reflexão sobre o que afeta o cotidiano das aldeias negativamente e qual o processo histórico que levou a presença de tantos problemas vividos pelas populações Guarani e Kaiowá. O confinamento em pequenas Terras Indígenas, o desmatamento das florestas nativas, a exploração do trabalho indígena e outros fatores foram temas apontados nas rodas de conversa do grupo.

In studying the historical roots of the issues that affect the Guarani and Kaiowá communities, the methodology of the project also proved to be comparable to the tradition of Popular Education, in which the pedagogical practice must stem from the universe experienced by the learner. In order to empower their students as social actors, educators must disclose the reasons behind social problems, and therefore content teaching should be done through a critical reading of the actual experience in students’ daily life. Therefore, the studied reality should not be considered static, but a result of social processes.

These perspectives permeated the entire Community Researchers Course, starting with an examination of what a Human Rights Violation is. To have the Guarani and Kaiowá universe as a starting point, the term *violation* was translated into *problems that prevent the harmonious way of life in the community* – *Teko Joja*. Therefore, during the course and in this book, the term ‘problem’ is considered to be equivalent to a violation of rights. Some questions that led to an analysis of the problems experienced within these communities were addressed, notably:

- What prevents the Guarani and Kaiowá from being happy?
- What does problem mean?
- What are the root causes of the problems that affect the Guarani and Kaiowá?

Based on these questions, it was started a process of reflection on the elements that negatively affect daily life in the villages, and on the historical process that led to the presence of so many problems experienced by the Guarani and Kaiowá populations. Confinement in small extensions of Indigenous Land, deforestation of native forests, exploitation of indigenous work and other factors were highlighted topics in the conversation circles.



A partir da compreensão dos pesquisadores sobre o que é problema, eles passaram a escutar em suas comunidades quais os principais problemas a que cada um é submetido. O momento da coleta dos relatos é crucial no desenvolvimento do projeto, e envolve saber escutar e dialogar. Segundo Enoque Batista, um intelectual e professor indígena kaiowá, a pesquisa é também diálogo, e segundo ele “não é fácil dialogar com as pessoas que não conhecemos, mesmo com os que conhecemos é difícil manter um diálogo mais profundo. Mas é importante ouvir as pessoas.” (BATISTA, 2006, p.93). Somente “ouvindo as pessoas” e usando do diálogo foi possível a concretização deste trabalho.

Batista também discute a importância de o pesquisador conhecer a si mesmo e a sua posição na comunidade, para assim estabelecer vínculos que possibilitem um contato efetivo. Neste sentido, garantir a diversidade dos perfis de pesquisadores no projeto, compondo uma equipe com equidade de gênero, diferentes idades e redes de sociabilidade na comunidade foi importante para a prospecção de relatos plurais e que fossem representativos da realidade vivenciada nas aldeias.

Após o levantamento dos relatos de problemas, os pesquisadores participaram de oficinas de Cartografia de Problemas e da construção da Árvore de Problemas. A Cartografia de Problemas foi uma atividade desenvolvida pelo professor Eliel Benites em que os participantes desenham os mapas de seus territórios, ressaltando as coisas boas, para depois identificar os locais onde aconteceram os problemas coletados junto à comunidade. Dessa forma, é possível estudar onde surgem e quais são os problemas mais recorrentes. Há casos que acontecem com frequência e os que chamam a atenção, apesar de acontecerem menos vezes. A cartografia permite visualizar a quantidade de casos e também sua disposição espacial.

From their understanding of what a problem is, researchers started to listen to their communities regarding the main problems faced by community members. The occasion when reports are collected is crucial for the project development, and it involves knowing how to listen and to engage in dialogue. According to Enoque Batista, a Kaiowá intellectual and teacher, research also means dialogue, and in his words “it is not easy to dialogue with people we do not know, even with those we know it is difficult to deepen this dialogue. But it is important to listen to people.” (BATISTA, 2006, p.93) Only by “listening to people” and engaging in dialogue it was possible to materialize this work.

Batista also discusses the importance of researchers’ self-knowledge and knowledge of their standing in the community, so as to form bonds that make it possible to effectively establish contact. In this sense, ensuring a diversity of researcher profiles in the project, putting together a team with gender equity, with people from various age groups and from different socialization networks in the community was important for promoting pluralism in reports that were representative of the realities experienced in the villages.

After surveying problem reports, researchers participated in Problem Cartography workshops and in the drawing of a Problem Tree. Problem Cartography was an activity devised by professor Eliel Benites in which participants draw maps of their territories, highlighting good things about them, and then identify the places where the reported problems occurred. In this way, it is possible to investigate where they arise and which problems are the most recurring ones. There are problems that happen frequently, and there are those that stand out even though they happen less often. Cartography makes it possible to view the number of cases as well as their geographic location.

In addition to diagnosing problems and determining where they occur, community researchers during the for-

Além de diagnosticar quais os problemas e onde acontecem, no processo formativo os pesquisadores comunitários buscaram entender a raiz dos problemas levantados por eles por meio da oficina de Árvore de Problemas. A partir de um problema, como a poluição do rio, eles foram construindo o encadeamento de causas e consequências, puxando a linha causal como uma raiz de árvore bem profunda. É o que, na perspectiva da Educação Popular, se configura como a desocultação dos processos sociais que geram o atual estado das coisas. Isto porque, nas palavras do professor e mentor do curso, Eliel Benites, não se pode atacar a superfície da ferida, mas sim sua raiz. Portanto, sendo este um projeto que busca garantir os direitos dessa comunidade, é necessário buscar a origem da negação e violação dos direitos.

Como resultado deste processo formativo chegamos a um diagnóstico de quais violações são mais comuns nas aldeias, onde elas acontecem, e qual o seu processo gerador. O passo seguinte desse estudo foi tomar conhecimento de legislações, das instituições que apoiam a garantia de direitos, e de estudos e dados sobre as temáticas. A equipe jurídica do projeto realizou um extenso levantamento de legislações específicas na área de meio ambiente, trabalho, saúde, educação, proteção social etc. que foram abordadas nas formações para elucidar aos participantes que os problemas levantados não são apenas problemas, mas sim violações a direitos garantidos por leis.

Uma larga equipe de especialistas participou desse processo em diversos momentos das formações, dando palestras e promovendo oficinas temáticas, entre eles: Liana Lima (UFGD) abordou as legislações internacionais como a Convenção 169 da OIT; a procuradora da FUNAI, Carolina Rodrigues, tratou sobre a função da FUNAI na garantia de direitos indígenas; Gilmar Galache expôs aspectos de educomunicação; o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Marco Antônio Delfino de Almei-

maive process sought to understand the root causes of the surveyed problems through the Problem Tree workshop. Starting with a problem, for instance river pollution, they lay out the chain of causes and consequences, pulling the causal link like a very deep tree root. This is what, from a Popular Education perspective, is characterized as the unveiling of social processes that bring about the current state of affairs. In the words of the instructor and mentor of the course, Mr. Eliel Benites, one cannot treat a wound on its surface; the root cause of the wound has to be treated. Therefore, it is important to try to find the origin of any denial or violation of rights since this is a project that seeks to guarantee indigenous community members their rights.

As a result of this formative process, we reached a diagnosis regarding what violations are most common in the villages, where they occur, and what their generating process looks like. The next step in this study was to learn about legislation, about the organizations that support the guarantee of rights, and about research studies and data on related topics. The project legal team carried out an extensive survey of specific legislation in the fields of environment, labor, health, education, social protection, etc., which were addressed in training sessions to make it clear to participants that the problems raised are not just problems, but violations of rights guaranteed by law.

A considerable team of experts participated in this process at different points during the training sessions, giving lectures and promoting thematic workshops, including: Liana Lima (UFGD - Federal University of Grande Dourados) addressing international legislation such as ILO Convention 169; FUNAI attorney Carolina Rodrigues talking about FUNAI's role in guaranteeing indigenous rights; Gilmar Galache discussing aspects of educommunication; MPF (Federal Prosecution Service), attorney Marco Antônio Delfino de Almeida, and anthropologist XXXXXX presenting the role

da e o antropólogo da mesma instituição apresentaram o papel do MPF na proteção dos direitos das populações Guarani e Kaiowá; Spensy Pimentel abordou a questão do acesso a políticas sociais; Jackson Barbosa (UFMT) trouxe diversos estudos e informações sobre os efeitos do agrotóxico sobre a saúde de populações expostas a eles; Carolina Motoki (Comissão Pastoral da Terra) promoveu uma discussão sobre o que configura trabalho escravo e como combatê-lo.

Nesse estágio, os pesquisadores comunitários e secretários do projeto participantes do curso já estavam apropriados de quais eram os principais problemas que ocorrem em suas comunidades, suas causas, a legislação que os ampara, as instituições que podem apoiá-los na promoção de seus direitos e no enfrentamento das violações. A partir desse nível de análise, passou-se a discutir possíveis caminhos de soluções.

As palavras-chave nas rodas de conversa sobre soluções foram Autonomia e Diálogo. Conversou-se sobre a necessidade de fugir de respostas prontas ou de tutela, em que a demanda é passada para que outro a resolva. Exemplificando: quando há um problema na aldeia e a solução é buscar o sistema punitivo não indígena, não se vai à raiz, porque os não indígenas não compreendem o contexto e a solução não é efetiva. Assim a solução de verdade vai se adiando, e o problema se acumulando. A metáfora utilizada pelo professor Eliel é da solução do tipo “enxuga gelo”. Essa é a solução que não prospera, porque mesmo passando um pano para “secar o gelo”, ele “continuará derretendo”.

O professor Eliel Benites trouxe a importância de resgatar a maneira tradicional Guarani e Kaiowá de resolver conflitos: por meio do *diálogo*. Encaminhamentos que buscam o diálogo foram colocados pelo professor em oposição ao sistema punitivo dos não indígenas. Interessante salientar como o diálogo ganha importância no contexto interna-

of MPF in protecting the rights of the Guarani and Kaiowás; Spensy Pimentel addressing the issue of access to social protection policies; Jackson Barbosa (UFMT—Federal University of Mato Grosso) bringing several studies and information on the effects of pesticides on the health of populations exposed to them; and Carolina Motoki (CPT—Pastoral Land Commission) promoting a discussion about what constitutes slave labor and how to fight it.

At this point in the process, community researchers and project secretaries who had participated in the course were already fully aware of the main problems that affect their communities, their causes, the laws that protect their community, and the institutions that can support them in promoting their rights and addressing the violations suffered. From these analyses, discussions on possible paths and solutions were opened.

The key words in conversation circles about solutions were Autonomy and Dialogue. There were discussions about the need to avoid ready-made solutions or tutelage, in which demands are passed on for someone else to solve. For example: when there is a problem in the village and the offered solution is to seek the non-indigenous punitive system, it does not deal with the root cause, because non-indigenous people do not understand the context, and therefore the solution is not effective. So the real solution is delayed, and the problem builds up. The metaphor used by Professor Benites is that of “wiping ice”. This is the type of solution that does not work, because it “will continue to melt and be wet”, even if you use a cloth to “wipe and dry the ice”.

Professor Eliel Benites highlights the importance of restoring the traditional Guarani and Kaiowá way of settling conflicts: through *dialogue*. In opposition to the punitive system of non-indigenous people, Mr. Benites proposed referrals that seek to open a dialogue. It is worth noting how *dialogue* grows in importance internationally as a methodol-

cional como metodologia para promoção da cultura de paz, construção de senso comunitário e solução de conflitos.

Foram realizadas rodas de conversas sobre as possíveis soluções para os diversos eixos de violações identificados pelo grupo como prioritários. A prioridade era ora definida pelo grande quantidade de casos em um eixo temático, ora pela relevância de ter um olhar especial para aquela questão. Para cada eixo foi discutido qual a centralidade e a raiz do problema e construídas possibilidades de soluções de curto, médio e longo prazo. Dentre as muitas soluções apontadas nas rodas de conversa surgiram soluções comunitárias, como construção de cooperativas de roça e de artesanato, ou outras que apontam para ações externas, com incidência no Legislativo e no MPF para a proteção dos indígenas em relação ao uso indiscriminado de agrotóxico nas fazendas vizinhas, que contaminam a água das aldeias e trazem uma série de doenças.

A partir das pesquisas realizadas pelos agentes comunitários do projeto, percebemos que os problemas que atingem as aldeias Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul são recorrentes em alguns eixos temáticos, como agrotóxicos, saúde, educação, entre tantos outros. É preciso enfatizar que esses temas são interrelacionados, nenhum deles se apresenta na realidade de forma atomizada. Os eixos foram tratados nas formações dos pesquisadores comunitários de forma conectada, como na metáfora da árvore, utilizada nas formações pelo professor Eliel Benites. Nela, o tronco principal da árvore é entendido como a centralidade do problema, os galhos como as consequências decorrentes desse problema e as raízes como as causas “escondidas” que levaram a isto. A árvore precisa ser examinada como um todo para podermos caminhar rumo ao *Teko Joja*.

ogy for promoting a culture of peace, for building a sense of community and for solving conflicts.

Conversation circles were held to discuss the possible solutions to various thematic axes of violations identified by the group as top priority. Priorities were determined either by the large number of cases under a given thematic axis, or by the relevance of taking a careful look at a given issue. For each thematic axis, the core and the root cause of the problem were discussed, and possibilities for short, medium and long-term solutions were studied. Many solutions were pointed out in the conversation circles, and community-related solutions emerged, such as establishing farming and handicraft cooperatives. Some others solutions pointing to external initiatives were suggested, such as lobbying state legislature and the Public Prosecution Service for protecting indigenous people from indiscriminate use of agrochemicals in neighboring farms, whose consequence is the contamination of village water, a cause of a number of diseases.

“From the research carried out by community agents engaged in the project, we found that the problems affecting the Guarani and Kaiowá villages in Mato Grosso do Sul have to do with some recurrent thematic axes, such as agrochemicals, healthcare, education, among so many others. It is important to underline that these topics are interrelated, and some of them are concomitantly present in the reality of these peoples. The axes were addressed connectedly in the training of community researchers, as in the metaphor of the tree, used by Prof. Eliel Benites. In this metaphor, the main trunk of the tree is understood as the core of the problem, the branches as the consequences of this problem, and the roots as the “hidden” causes that led to that situation. The tree needs to be examined as a whole so that we can all work our way towards *Teko Joja*.”



Colocando o problema no centro da roda

Gustavo Aires Tiago

Nas próximas páginas serão abordados os temas definidos como prioritários pelo coletivo dos pesquisadores comunitários participantes do projeto, que são: Agrotóxico; Meio Ambiente, Água e Roça; Saúde; Trabalho; Educação; Segurança Social e Violência. É apresentada a análise produzida coletivamente pelos pesquisadores, que estudaram qual a centralidade e a causa de cada violação, a legislação que ampara seus direitos e os caminhos para a busca de soluções.

Agrotóxicos

Um dos eixos temáticos com mais depoimentos ouvidos pela rede de pesquisadores comunitários do projeto é relacionado à contaminação por agrotóxico. Em geral, os depoimentos são sobre a pulverização terrestre ou aérea de defensivos agrícolas e fertilizantes em fazendas de monocultura vizinhas às aldeias. De acordo com a análise do professor Eliel Benites, o agronegócio é um sistema de plantio que tem como objetivo o lucro, e para torná-lo rentável é cultivada somente uma variedade de planta, deste modo, as outras plantas e bichos são consideradas pragas, necessitando de agrotóxicos para eliminá-los.

“Nos consideraram como praga.” – depoimento de indígena ao relatar intoxicação de membros da comunidade por pulverização de agrotóxico em terra vizinha à aldeia.

PLACING THE PROBLEM IN THE MIDDLE OF THE CIRCLE
On the following pages, we present the subjects defined as priorities by the group of community researchers that participated in the project. The subjects are: Agrochemicals, Environment, Water and Indigenous Farming, Health, Work, Education, Social Security, and Violence. We share here the analysis collectively elaborated by the researchers that defined the central point and cause of each violation, in addition to the legislation that supports their rights and paths that could lead to solutions.

AGROCHEMICALS
One of the axes that generated most testimonials listened by the group of community researchers is related to the contamination by pesticides. In general, the testimonials are about the aerial and terrestrial dusting of agrochemicals and fertilizers in monocultural farms close to the tribes. According to the analysis made by Prof. Eliel Benites, the agribusiness is a farming system that has profit as a goal, and to make it profitable, only one kind of crop is grown, and all other plants and creatures are considered pests, thus the need of agrochemicals to eliminate them.

“We were considered pests” – testimonial of an indigenous person relating the poisoning of members

No caso do Mato Grosso do Sul, este modelo de agricultura é preponderante, haja vista que 92% do seu território são terras privadas, sendo que 83% destas terras são latifúndios. Isto coloca o estado no topo do ranking de concentração de terras no Brasil, cuja média é de 55% das terras privadas sendo grandes propriedades (Atlas Agropecuário, 2017). A força do agronegócio no Mato Grosso do Sul é refletida na utilização intensa de agrotóxicos nas monoculturas no estado.

Diversos estudos apontam para os riscos à saúde por intoxicação provocada por agrotóxicos. Dados do atlas *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia* (2017), da pesquisadora Larissa Mies Bombardi, nos revela que o mercado brasileiro de agrotóxicos é muito mais permissivo do que o europeu. Por exemplo, o inseticida Atrazina foi proibido na União Europeia em 2004, mas segue autorizado no Brasil para cultivos como o da cana-de-açúcar, e o Mato Grosso do Sul lidera o uso desse produto em termos absolutos. De acordo com os dados levantados pelo estudo, o Mato Grosso do Sul é o terceiro estado do país com o maior número de casos de indígenas intoxicados, sendo que os municípios de Laguna Caarapã e Caarapó estão entre os piores do Brasil nesse indicador.

Esse panorama de uso intensivo de agrotóxicos, evidenciado por estudos científicos, ganha materialidade com os depoimentos ouvidos pelos pesquisadores comunitários. Alguns problemas decorrentes desta prática são percebidos logo após a pulverização, como no caso dos sintomas como alergias na pele, vômito, diarreia e falta de ar. Estes sintomas aconteceram inclusive com crianças e adolescentes que estavam em uma escola próxima ao local onde foi pulverizado agrotóxico.

Outros efeitos da toxicidade desses produtos são percebidos ao longo do tempo, como a contaminação da água, das nascentes, de outros recursos naturais e as mu-

of the community by agrochemical dusting in neighboring lands close to the tribe.

Regarding the State of Mato Grosso do Sul, this is the main current agricultural model, taking into account the fact that 92% of its' territory is private land, and 82% of this land are large land properties. These numbers place the State in the top ranking of land concentration in Brazil, which has an average of 55% of large private owned land. (Agricultural Atlas, 2017). The power of the agribusiness in Mato Grosso do Sul is reflected in the intense use of pesticides on the monocultures of the State.

Many studies point to the health risks related to poisoning by pesticides. Data from the atlas *Geography of the Use of Pesticides in Brazil and its Connections with the European Union* (2017), written by the researcher Larissa Mies Bombardi, shows that the Brazilian market of pesticides is much more nonrestrictive than the European market. For example, the pesticide Atrazine was banned in the European Union in 2004 but is still legal in Brazil for sugarcane cultivation, and the State of Mato Grosso do Sul is the major user of this product in absolute terms. According to data collected by the study, the State of Mato Grosso do Sul is the third State of Brazil with the largest number of poisoning cases by pesticides; and the cities of Laguna Caarapã and Caarapó presented one of the worst numbers.

The current intensive use of pesticides showed in scientific studies, gets even more real with the testimonials heard by the community researchers. Some problems due to this practice are noticed right after the crop dusting, with the appearance of symptoms like skin allergies, vomiting, diarrhea, and shortness of breath. These symptoms were observed in children and teenagers that were in a school located close to where the crop dusting took place.

Other effects of these products' toxicity are observed over time, like water springs and rivers contamina-



danças na qualidade do crescimento dos alimentos plantados nas roças tradicionais e na saúde dos animais de criação, podendo levá-los à morte.

“na comunidade, crianças não param de ter diarreia, vômito, dor de barriga, dor de estômago, dor de cabeça e com isso também os nossos frangos, gatos, cachorros morrem pelo cheiro ser forte e alguns que são mais frágeis morrem intoxicados.”

Mesmo com os dados alarmantes da intoxicação por agrotóxicos no Brasil, as informações oficiais são defasadas pela subnotificação. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), somente 1 em cada 50 casos de intoxicação por agrotóxico são registrados oficialmente. A notificação dos casos suspeitos de intoxicação entre indígenas raramente é realizada por agentes de saúde e médicos. Diversos depoimentos aos agentes comunitários indicam a negligência médica diante das suspeitas de intoxicação. Os pacientes, em geral, são medicados, mas as causas dos sintomas não são investigadas e são facilmente confundidas com outras patologias, o que pode levar a uma subnotificação dos casos de intoxicação na área em questão. Este procedimento vai contra a Portaria de Consolidação nº 4, de 2017, do Ministério da Saúde, que determina a notificação compulsória em razão de intoxicação por agrotóxicos por parte de médicos ou outros profissionais de saúde e responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, e prevê que prestem assistência ao paciente.

A aspersão dos produtos tóxicos é realizada muito próxima às áreas de ocupação indígena, não raras vezes, sobre as moradias. Em um dos casos relatados, uma embalagem aberta de agrotóxico foi deixada próxima à margem de um rio, onde crianças e adultos tomam banho e lavam suas roupas, expondo a um alto risco a população desta comunidade.

tion. Effects are also observed in other natural resources, changes in the speed of growth of crops in the local community farms, and in the health of livestock, which sometimes leads to death.

“in our community children frequently have diarrhea, vomiting, stomach pain, and headaches. Our chickens, cats and dogs die with the strong smell of pesticides and others, that are more frail, die of poisoning”

Even with the alarming data of pesticide poisoning in Brazil, there is a lag on official information due to sub notification. According to the World Health Organization (WHO), only 1 in 50 poisoning cases by agrochemicals are officially registered. The notification of indigenous people poisoning suspicious cases is rarely submitted by health agents and doctors. Many testimonials heard by community researchers indicate medical negligence regarding suspicious poisoning. Generally, the patients are medicated, but the causes of the symptoms are not investigated and are easily confused with other pathologies, thus leading to a sub notification of poisoning cases in the area researched. This procedure goes against the Consolidation Ordinance nº 4 of 2017 from the Health Brazilian Ministry of Health, which requires mandatory notification in cases of poisoning due to agrochemicals, by doctors or other health professionals and by any public or private health employee who provides assistance to a patient.

The crop-dusting with toxic elements is done very close to the indigenous occupied areas and many times the dusting is done over indigenous homes. In one case reported, an open box of agrochemical was left close to a riverbank, where children and adults bathe and wash their clothes, exposing the population of this community to a high risk of poisoning.

In the Federal level, the Normative Instruction nº 2 of January 3rd of 2009 from the Agriculture Ministry,

Em âmbito federal, a Instrução Normativa nº 2, de 3 de janeiro de 2009, do Ministério da Agricultura, proíbe a pulverização aérea a uma distância inferior de 500 metros de povoações e de mananciais de captação de água para abastecimento de população e de 250 metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais. Diversos depoimentos indicam que em muitas ocasiões essa distância não é cumprida, provocando danos irreversíveis às populações Guarani e Kaiowá. A situação é tão alarmante que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) publicou em 2019 uma resolução que solicita ao Brasil a adoção de medidas cautelares para proteção da comunidade Guyaroká, que sofre constantemente com o uso descuidado e intencional de agrotóxicos nos seus arredores.

Após o diagnóstico e a análise coletiva do problema da contaminação por agrotóxicos nos encontros formativos, a rede de pesquisadores Guarani e Kaiowá participou de uma formação do professor Jackson Barbosa (UFMT) para discutir as violações por contaminação e possibilidades de caminhos para enfrentar este problema. O professor Jackson realizou um amplo diálogo sobre os efeitos a curto e longo prazo dos agrotóxicos no corpo, como identificar a contaminação, além de indicar o que fazer para se proteger. Juntos, o coletivo pensou em alguns passos interessante para enfrentar a contaminação por agrotóxicos.

O primeiro conjunto de caminhos são ações que podem ser realizadas no curto prazo. Elas incluem o acompanhamento sistemático da saúde dos indígenas moradores em terras vizinhas de fazendas do agronegócio; a fiscalização nas terras Guarani e Kaiowá e fronteiriças, de modo que se respeite e aplique a legislação ambiental já existente; a articulação com instituições que possam apoiar na fiscalização e na coleta de água para monitoramento; formações na legislação sobre a temática; o ingresso de novas ações

forbids aerial dust cropping in a distance inferior to 500 m of communities and spring water catchment used to supply water to villages, in addition to forbidding dusting in an area less than 250 m from spring waters, isolated homes, and livestock. A good number of testimonials attested that on many occasions the safe distance is not respected, causing irreversible damage to the Guarani and Kaiowá communities. The situation is so alarming that the Interamerican Commission of Human Rights of American States (IACHR/OAS) published in 2019 a resolution requesting from Brazil several preventative measures to protect the Guyaroka community, which is constantly affected by the careless or intentional use of agrochemicals in its' surroundings.

After the collective analysis and diagnosis of the poisoning problems caused by agrochemicals during the training process, the group of Guarani and Kaiowá researchers had a workshop with Prof. Jackson Barbosa (Federal University of Mato Grosso) to discuss the contamination violations and possible ways to deal with this issue. Prof. Barbosa led a thorough dialogue about the short and long-term effects of agrochemicals in human bodies, how to identify contamination, in addition to suggesting ways of protection. The group collectively came up with some interesting ways to deal with agrochemical contamination.

The first group of measures includes initiatives that can be undertaken in the short term. They incorporate a systematic health monitoring of the indigenous individuals that live close to farms; constant monitoring of Guarani and Kaiowás' land near farms aiming for the environmental legislation compliance already part of the application; a coordinated effort with institutions that can support them in supervising and collecting water for monitoring; paths to adopt legislation related to contamination issues; the filling of new civil suits with the Federal Prosecution Service

civis públicas no Ministério Público Federal (MPF) e a articulação com políticos locais e nacionais para aprovar legislações mais protetivas. No médio e longo prazo, é importante ter ações que promovam o reflorestamento de nascentes e bordas de rios; a construção de barreiras verdes que protejam as roças indígenas da pulverização em terras vizinhas; áreas de amortecimento em torno das terras Indígenas e a regularização das terras indígenas em litígio.

Meio ambiente, água e roça

Para os Guarani e Kaiowá a palavra *Tekoha*, para além de *Território*, “significa espaço ou lugar (*ha*) possível para o modo de ser e de viver (*teko*)” (BENITES, 2014), uma concepção de lugar que alia a sobrevivência física e também cultural de um povo, onde o bem viver está ligado a sua terra. Assim, a qualidade de vida está estreitamente vinculada a qualidade da terra e do meio ambiente onde se vive. É isso o que almejam aqueles que tentam recuperar as terras onde viveram seus antepassados, por meio da retomada e reconstrução do *Tekoha* de períodos anteriores à chegada dos primeiros colonos.

A destruição do ambiente e dos recursos naturais veio acompanhada do confinamento ao qual esses povos foram submetidos, por meio da criação das reservas indígenas. Nelas a amplidão dos espaços de um povo itinerante foi substituída pela asfixia do confinamento de um grande contingente de pessoas, de diferentes parentelas, em um espaço reduzido. As consequências foram perversas, desde o esgotamento dos recursos à perda de autonomia política e econômica desses povos.

Atualmente, com a saída para o trabalho externo e a degradação ambiental, a roça tradicional (*kokue*), conhecida pela abundância de alimentos e a diversidade de espécies cultivadas, perde sua centralidade como o lugar que

and the articulation with local and federal politicians with the goal to approve more protective laws.

In the medium to long-term, it is important to have initiatives that promote the reforestation of springs and riverbanks, the building of green barriers to protect and diminish the poisoning effects of crop dusting done in farms close to indigenous land and finally the land title regularization of indigenous land in litigation.

ENVIRONMENT, WATER, AND INDIGENOUS FARMING

The definition of the word *Tekoha* for the Guarani and Kaiowá people, beyond territory, “means space or place where the way of being and living is possible (*teko*)” (BENITES, 2014), a concept that unites physical survival and cultural traditions, where to live well is intertwined with the land. Therefore, the quality of life is closely connected to the quality of the land and environment where one lives. That is the desire from the ones who try to reclaim the land where their ancestors lived. A desire that includes the reclaiming and rebuilding of *teko-ha* from periods earlier than the arrival of the first pioneers.

The destruction of the environment and its' natural resources came along with the confinement to which the indigenous people were submitted through the creation of indigenous reservations. There, the wide spaces to which an itinerant group of people, were replaced by the suffocating confinement of a large number of individuals, from different families, in a reduced space. The consequences were perverse, including but not limited to, the depletion of the few resources available and the loss of political and financial autonomy of these indigenous groups.

Currently, with indigenous people working outside of their reservations and the environmental degradation, the traditional indigenous farming (*kokue*), recognized by its'

garantia a soberania alimentar dos Guarani e Kaiowá. Nesta conjuntura, a dependência de cestas básicas e de recursos escassos do Estado para a sobrevivência é uma realidade de muitos Guarani e Kaiowá.

Os depoimentos escutados pelos pesquisadores comunitários relatam a dificuldade de manutenção da vida em um ambiente degradado. O modelo de plantio do agronegócio nos entornos das aldeias impacta na preservação do ambiente em seu interior. A terra e a água são contaminadas pela aspersão de agrotóxicos que adentram o lençol freático, e as pragas combatidas nas monoculturas adentram as reservas e impedem o crescimento de algumas plantas.

Os capins braquiária e colômbio, utilizados nas pastagens para gado, invadem as áreas de cultivo indígena e competem com as plantas da *kokue*. Terras com estes capins necessitam de tratores para arrancá-los. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) oferece alguns tratores em determinadas aldeias, mas esse recurso não supre a real necessidade dos agricultores.

Além disso, o acesso à água para o plantio e para o consumo é precário, a contaminação das nascentes e dos rios é frequente nos relatos que a equipe de pesquisadores teve contato. Nas áreas em litígio, a distância dos pontos de coleta d'água é um agravante, em muitas áreas esses pontos ficam no interior das fazendas, o que aumenta a ocorrência de ameaças sofridas pelos indígenas.

“A comunidade, desde a retomada, precisa buscar água na divisa com a fazenda, pois é a única fonte de água potável. Houve época que o fazendeiro jogava agrotóxico no mesmo rio, hoje não mais, mas por ser na divisa da fazenda é um local de risco para os indígenas que temem repressão do fazendeiro.”

As soluções discutidas pelos pesquisadores comunitários para o enfrentamento desses problemas passam

abundance of nourishment and the great diversity of species grown, lost its' centrality as the place that guaranteed the nutrition sovereignty of the Guarani and Kaiowá people. At this juncture, the dependency of basic food baskets and the few government resources available for their survival is a reality for many of the Guarani and Kaiowás' people.

The testimonials heard by the community researchers reported struggles to sustain life in a degraded environment. The current agribusiness model of agriculture around the tribes impacts not only its exterior but also its internal space. Their land and water are contaminated by agrochemical dusting that infiltrates groundwater, and the pests present on the monoculture farms invade reservation lands hindering the growth of some plants.

Cattle ranching farms grow Brachiaria and Guinea grass which invade the indigenous farming land and compete with *kokue* plants. This type of grass requires tractors to pull them out. The National Indian Foundation (FUNAI) supplies some tractors to certain tribes, but this resource does not fulfill the real need of indigenous agriculture.

Furthermore, water access to indigenous agriculture and for community consumption is precarious; contamination of springs and rivers is a constant problem mentioned on the testimonials given to the researchers. In lands under litigation, the distance to water collection is an aggravating factor; in many areas these spots are located inside farms, thus increasing the number of threats to which the indigenous people are frequently subjected.

“Since the reclaiming of our land we need to get water close to the boundaries between farms and indigenous land since it is the only source of potable water; There were times when the farmers threw agrochemicals directly on the river, currently this doesn't happen anymore, but because the places to get water are located on such boundaries, they are feared by the indigenous people who are fearful of repression measures by the farmers.”



pelo reflorestamento das matas ciliares e nascentes, além do ensino às gerações mais novas sobre a importância das plantas e animais para a espiritualidade. Com relação à roça, a troca de sementes tradicionais entre as comunidades pode ser uma forma de manter viva a diversidade etnobotânica dos conhecimentos dos Guarani e Kaiowá.

Trabalho

A utilização de mão de obra indígena no Mato Grosso do Sul remonta aos processos de colonização marcado pela expropriação de terras ancestrais dos Guarani e Kaiowá. Primeiramente o trabalho indígena foi utilizado na exploração dos ervais de mate após a guerra do Paraguai, quando se deu a intensa ocupação da região por não indígenas, e posteriormente na abertura de fazendas e estradas nos anos 1960. O estabelecimento das primeiras reservas nos anos 1920–1930 proporcionou um gradativo confinamento de mão de obra, hoje amplamente utilizada na agroindústria da região.

O confinamento em pequenas parcelas de terra de um grande contingente populacional, que possuía uma itinerância por um território amplo, proporcionou o rápido esgotamentos dos recursos naturais existentes nessas terras. Desta forma, a dificuldade de manutenção do modelo agrícola tradicional (*kokue*) e da economia do povo Guarani e Kaiowá alterou substancialmente a forma de sobrevivência e a organização social. A alternativa, portanto, é procurar trabalho nas cidades e lavouras do entorno. Como enfatizado pelo professor Eliel nas rodas de conversa com os pesquisadores comunitários, o agronegócio, ao mesmo tempo em que invade as terras dos Guarani e Kaiowá, explora o trabalho indígena nessas mesmas terras.

Os depoimentos escutados pelos pesquisadores comunitários exemplificam essa realidade de forma incisi-

The solutions discussed by the community researchers to deal with these problems include reforestation of riparian zones and springs and the teaching to new generations the importance of plants and animals regarding spirituality. Regarding indigenous farming, the exchange of traditional seeds between communities could be a way to maintain active ethnobotanical diversity present long ago in the Guarani and Kaiowas traditions.

WORK

Indigenous labor in Mato Grosso do Sul dates back to the colonization process marked by expropriation of ancestral Guarani and Kaiowá lands. At first, indigenous labor was used in the yerba mate plantations after the Paraguayan War, when the region was rapidly occupied by non-indigenous people, and later, in the opening of farms and roads in the 1960s. The establishment of the first reservations in the 1920s–1930s brought about a gradual confinement of labor, which is now widely used in the region’s agribusiness.

Confinement of a large population that used to roam over wide areas in small parcels of land led to a rapid depletion of the existing natural resources in those lands. Thus, the difficulty to sustain their traditional indigenous farming practices (*kokue*) and their economy has substantially changed the means of subsistence and the social organization of the Guarani and Kaiowá people. The alternative, therefore, is to look for work in the surrounding cities and crops. As Prof^o Eliel pointed out in conversation circles with community researchers, while having seized the lands of the Guarani and Kaiowá, the agribusiness sector exploits indigenous labor in those same lands.

Testimonials heard by community researchers exemplify this reality quite incisively: most workers report

va. Os trabalhadores, em sua maioria, denunciam situações análogas à escravidão, expondo as condições degradantes às quais são submetidos. Durante o período da colheita, os responsáveis das fazendas ou das empresas, chamados de “cabeçantes”, se dirigem às aldeias para recrutar os indígenas para o trabalho, negociando o transporte, o alojamento e a alimentação básica. Alguns acordos, apesar das pressões dos órgãos de controle, são feitos de maneira informal, colocando ainda mais dificuldade na fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas.

“O trabalho diário era das 4:30 às 19:30, não tinha EPI (equipamento de proteção individual), não pagava hora extra e os que pediam o EPI era descontado o valor deles, os almoços e o café da manhã também eram descontados deles. Tudo que ganhavam era descontado conforme o entendimento do cabeçante.”

O trabalho nas usinas e no corte de cana-de-açúcar é relatado como extenuante e com muitos riscos, alguns trabalhadores ouvidos tiveram membros do corpo mutilados durante o ofício e não obtiveram indenizações. Os depoimentos denunciam também a situação precária onde são alojados os trabalhadores e as dívidas adquiridas durante o período de trabalho, que por vezes se iguala ao valor recebido ao final do contrato. Muitos também indicam a grande quantidade de trabalhadores indígenas que não possuem a carteira assinada, dificultado o acesso a direitos como aposentadoria e indenizações.

Quando o coletivo analisou a centralidade do problema de exploração do trabalho, observou-se que esta exploração se dá no contexto fora da aldeia, onde indígenas sofrem discriminação e são sujeitados a condições insalubres de trabalho. Há também um desconhecimento da legislação trabalhista e de aspectos contratuais, no entanto, por ser muitas vezes a única possibilidade de trabalho remunerado, o trabalhador não questiona sua situação. A difusão

situations similar to slavery, exposing the degrading conditions to which they are submitted. During harvest season, the people in charge of the farms or companies, called “cabeçantes” (something similar to ‘captain’), go to the villages to recruit indigenous people to work, negotiating transportation, accommodation and basic food. Despite pressure from controlling bodies, some agreements are entered into informally, making it even more difficult to monitor compliance with labor laws.

“Daily work was from 4:30 am to 7:30 pm, there was no PPE (Personal Protective Equipment), no paid overtime, and those who asked for PPE had its cost deducted. Lunch and breakfast were also deducted from their pay. Everything they earned was reduced or subtracted according to the “cabeçante’s” understanding.”

Work in the sugar mills and in the sugar cane harvest is described as strenuous and rather risky; some workers had members of their body mutilated on the job and did not obtain compensation. Testimonials also expose the precarious situation of worker housing and the debts they go into while working, which sometimes equals the amount to be received at the end of the temporary contract. Many also mention the high number of indigenous workers who do not have employment record cards, making access to rights such as retirement and indemnities difficult.

When the collective looked into the significance of the problem of labor exploitation, they observed that this exploitation takes place in contexts outside the village, where indigenous people suffer from discrimination and are subjected to unhealthy working conditions. There is also a lack of knowledge of labor legislation and contract issues; however, as it is often the only option of paid work, workers do not question their situation. The dissemination of knowl-

do conhecimento da legislação trabalhista entre os trabalhadores Guarani e Kaiowá e a difusão dos canais de denúncia e fiscalização do trabalho é uma possibilidade de solução para o problema. Com este objetivo foi realizada uma capacitação dos pesquisadores comunitários com Carolina Motoki, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apresentou o conceito de trabalho escravo, como identificá-lo e o que fazer quando alguém está nesta situação.

Para atacar de fato a raiz do problema, a exploração do trabalho quando o indígena precisa obter seu sustento na economia não indígena, um outro caminho possível é potencializar o trabalho dentro da aldeia. O coletivo chamou esta alternativa de potencializar a economia *Teko Joja*, uma economia de equilíbrio, caracterizada pelo incentivo às cooperativas e associações de indígenas, à troca de mercadorias e serviços dentro da comunidade e a valorização dos produtos locais. Esta alternativa coloca como base do trabalho a cooperação e união.

Educação

Os depoimentos escutados sobre o tema da educação abarcam problemas que variam a depender da aldeia. Em algumas localidades a estrutura escolar é mais consolidada, contando com o ensino fundamental e médio dentro das aldeias, com professores indígenas formados no magistério ou na licenciatura indígena. Os problemas que surgem nestes contextos se relacionam, por vezes, a gestão do sistema de ensino pelas secretarias de educação e órgãos competentes, que geram conflitos referentes à contratação de professores, reconhecimento de diplomas, e decisões tomadas sem a consulta prévia aos gestores e funcionários indígenas, inclusive relacionadas ao fechamento de escolas.

Também há depoimentos de escolas com infraestrutura ruim e atitudes discriminatórias a funcionários indígenas por par-

edge on labor legislation among Guarani and Kaiowá workers and of channels for denouncing and overseeing work conditions is one possibility towards solving this problem. To this end, community researchers received training by Carolina Motoki, from the Pastoral Land Commission (CPT), who introduced the concept of slave labor, and explained how to identify it and what to do when someone is in this situation.

To really attack the root cause of the problem, which is the exploitation of labor when indigenous workers need to earn a living in the non-indigenous economy, another possible way is to leverage work within the village. The collective called this alternative for leveraging their economy *Teko Joja*, a balanced economy, characterized by incentives for cooperatives and associations of indigenous people, encouraging the exchange of goods and services within the community and valuing local products. This alternative places cooperation and unity as the foundations of work.

EDUCATION

Testimonials on the topic of education cover problems that vary from village to village. In some locations school structure is more consolidated, with elementary and secondary education available in the villages, with indigenous teachers with teaching degrees or indigenous education degrees. In these contexts, the problems that arise are sometimes related to management of the education system by education departments and competent bodies, which leads to conflicts regarding hiring, diploma recognition, and decision-making without prior consultation with indigenous supervisors and employees, including decisions related to closing schools.

There are also testimonials concerning poor infrastructure in schools and discriminatory attitudes to-

te de gestores não indígenas. Afora as precariedades de algumas escolas, os alunos indígenas enfrentam outros problemas que atrapalham a aprendizagem, como a inexistência de acompanhamento para alunos com necessidades especiais e a necessidade de óculos para alunos que possuem dificuldade na visão.

A situação é diferente nas aldeias que possuem nenhuma ou uma precária estrutura escolar. Quando não existem escolas nas comunidades, os estudantes indígenas precisam se deslocar até a cidade mais próxima para participarem das aulas em conjunto com não indígenas, impedindo assim uma educação integrada ao contexto e à língua Guarani e Kaiowá. Nestas aldeias, a comunidade reforça a necessidade da educação diferenciada no local com infraestrutura adequada e corpo profissional especializado. Além disso, demandam transporte escolar para o deslocamento dos alunos, que por vezes precisam andar quilômetros para conseguirem se locomover até a escola. Nas escolas da cidade não são poucas as vezes em que crianças e adolescentes indígenas sofrem discriminação e até agressões físicas.

“Estão querendo levar tudo para a cidade para estudar, sendo que tem a escola na aldeia. Na cidade sofrem discriminação, dizendo que os alunos estão muito sujos e não sabem usar o banheiro. Queremos que a escola continue na aldeia.”

Problemas similares são relatados por graduandos e mestrandos indígenas das universidades da região. Os depoimentos variam, referindo-se desde a falta de uma creche com professora indígena para deixar os filhos na universidade, passando por relatos de discriminação no ambiente universitário, além de dificuldades financeiras e de transporte entre a comunidade e a universidade.

A educação diferenciada é um direito garantido aos indígenas brasileiros, como discutido entre os pesquisadores indígenas e o professor Eliel Benites. A educação na língua

wards indigenous employees by non-indigenous supervisors. In addition to the precarious situation of some schools, indigenous students face other problems that hinder learning, such as the lack of support for students with special needs and the need for glasses by students with vision problems.

The circumstances are different in villages that have poor or no school structure. When there are no schools in the communities, indigenous students need to travel to the nearest town to participate in classes together with non-indigenous students, thus making it impossible for them to receive education that incorporates the Guarani and Kaiowá context and language. In these villages, the community underlines the need for on site, differentiated education, with adequate infrastructure and specialized staff. Moreover, they demand school transport for their students, who sometimes need to walk long distances to get to school. In city schools, indigenous children and adolescents often face discrimination or even physical aggression.

“They want to take everyone to study in town, but there is a school in the village. In the city they suffer from discrimination, others say that our students are very dirty and do not know how to use the bathroom. We want the school to remain in the village.”

Similar problems are reported by indigenous undergraduate and graduate students at universities in the region. Accounts vary, mentioning for instance the lack of a daycare center with indigenous teachers for their children while they are at the university, discrimination in the university setting, as well as financial problems and trouble commuting to the university.

Differentiated education is a right that is guaranteed to all indigenous Brazilians, as discussed between indigenous researchers and Prof^o Eliel Benites; education in their



é uma forma de preservar os saberes de um povo. A Convenção 169 da OIT garante, em seu artigo 27, uma educação escolar indígena específica formulada e executada em cooperação com as comunidades:

“Art. 27: 1. Os programas e os serviços de educação destinados aos povos interessados deverão ser desenvolvidos e aplicados em cooperação com eles a fim de responder às suas necessidades particulares, e deverão abranger a sua história, seus conhecimentos e técnicas, seus sistemas de valores e todas suas demais aspirações sociais, econômicas e culturais.”

A luta por uma educação específica de qualidade, com corpo docente e gestores indígenas, é também a luta por autonomia e pelo direito de ser indígena. Espaços de educação formal, como escolas e universidades, são possíveis lugares de encontro de saberes e culturas e de afirmação de uma identidade própria. Portanto, o caminho é o da efetivação do direito de uma educação própria, formulada pelos Guarani e Kaiowás, com valorização de seus conhecimentos, técnicas e valores, confluindo para o *Ñande Reko* – Nosso Jeito de Ser. Nesse sentido, algumas vitórias da rede de pesquisadores comunitários do projeto foram barrar o fechamento de uma escola indígena no município de Maracaju e conquistar um espaço adequado para as crianças de mães estudantes do *Teko Arandu* na UFGD, de modo a facilitar o prosseguimento de estudos dessas mulheres indígenas.

Seguridade social

No eixo relacionado à seguridade social, os depoimentos ouvidos são sobre problemas que envolvem os benefícios oferecidos pelo Estado brasileiro, como a aposentadoria, cestas básicas e o Bolsa Família (renda básica mensal para

own language is a way of preserving the knowledge of a people. ILO Convention 169 guarantees, in Article 27, specific indigenous schooling devised and carried out in cooperation with communities:

“Article 27: 1. Education programs and services for the peoples concerned shall be developed and implemented in co-operation with them to address their special needs, and shall incorporate their histories, their knowledge and technologies, their value systems and their further social, economic and cultural aspirations.”

Striving for specific, quality education, with indigenous faculty and supervisors, is also striving for autonomy and for the right to be an indigenous person. Formal education settings, such as schools and universities, are promising places for knowledge and culture confluence and for asserting their own identity. Therefore, the chosen path is the fulfillment of the right to their own education scheme, formulated by the Guarani and Kaiowá, honoring their knowledge, techniques and values, and converging to *Ñande Reko* – Our Way of Life. In this sense, some achievements of this project’s group of community researchers include stopping the closing of an indigenous school in the municipality of Maracaju and securing an adequate space for the children of indigenous mothers who study *Teko Arandu* at The Federal University of Grande Dourados, thus facilitating the continuation of their studies.

SOCIAL SECURITY

In the axis of Social Security, testimonials were about problems involving benefits offered by the Brazilian Government, such as retirement, *‘cesta básica’* (basket of basic food sta-

famílias em situação de pobreza). Em geral, relatam a dificuldade de acesso e a falta de informação, cancelamento arbitrário, fraudes e problemas com advogados no recebimento da aposentadoria e empréstimos consignados indevidos. Uma outra prática comum, que atinge a maioria das aldeias, é a retenção de cartões do benefício em estabelecimentos comerciais.

Os pesquisadores comunitários chamaram este tipo de problema de *Ohoze*, que consiste na exploração e enganação por desconhecimento, quando há uma mentira por meio de pessoa com importância. Eles acontecem quando os indígenas desconhecem certas regras e leis, e acabam sendo enganados por pessoas que se aproveitam desse desconhecimento.

Os idosos são o grupo etário mais representado neste eixo, as fraudes nas aposentadorias são comuns nas aldeias, levando a uma diminuição dos valores recebidos pelos beneficiários. Em sua maioria, essa diminuição ocorre por conta de empréstimos consignados realizados junto a advogados que se aproveitam da fragilidade de informação dos que não leem nem escrevem e, por vezes, não entendem o português. Os empréstimos são feitos em condições extremamente prejudiciais aos interessados, em alguns casos não recebem nenhum valor, mas contraem uma dívida mensal que é descontada de sua aposentadoria. Essa prática vulnerabiliza ainda mais a situação dos indígenas idosos e expõe a dificuldade de acesso à informação e à burocracia de forma compreensível na língua guarani.

A retenção do cartão de benefício do governo também é outra fraude comum neste contexto, os indígenas distantes dos centros urbanos contam com o serviço de alguns estabelecimentos comerciais que proporcionam o transporte exclusivamente até o seu comércio, alguns indígenas contraem uma “dívida” injusta e impagável e são obrigados a dar como garantia da dívida o cartão do benefício

ples) and *Bolsa Família* (a conditional cash transfer program that provides basic monthly income for families living in poverty). Usually they report to have limited access to and lack of information on benefits, arbitrary cancellation, fraud and problems with lawyers for retirement and pension pay, and unauthorized payroll loans. Another common practice that affects most villages is the retention of benefit cards in commercial establishments.

Community researchers call this type of problem *Ohoze*, which is exploitation and deceit due to ignorance, when there is a lie in the form of a person of importance. This happens when indigenous people are unaware of certain rules and laws, and end up being deceived by people who take advantage of this ignorance.

The elderly are the most prevalent age group in this axis; retirement fraud is common in the villages, leading to a decrease in the amounts received by beneficiaries. Most of this decrease is due to payroll loans made through lawyers who take advantage of the meager information held by those who cannot read or write, and sometimes do not even understand Portuguese. These loans are made under highly unfavorable conditions to the interested parties; in some cases they receive nothing but are burdened with a monthly debt that is discounted from their retirement pensions. This practice makes the situation of indigenous elderly even more vulnerable, and exposes how difficult it is to have access to information and bureaucracy in an understandable way and in the Guarani language.

Retention of Government benefit cards is also a common fraud. Indigenous people who live far from urban centers rely on transportation services provided by some commercial establishments, but they are taken solely to where that business is located; some get into an unjust and unpayable “debt” and are forced to give their social benefit

social. O responsável pelo estabelecimento, com acesso à senha do beneficiário, realiza o saque mensal para o “abatimento da dívida”. Em um dos casos, uma mulher indígena relata a retenção de seu cartão do Bolsa Família há mais de dez anos e a ameaça que sofre dos comerciantes de um mercado específico.

“Meu avô conta que antigamente, quando recebia dinheiro, jogava fora, porque não servia para nada. O dinheiro é muito recente aqui, não sabemos direito como funciona.”

A questão é que a aposentadoria, o dinheiro e a vida assalariada é recente no mundo Guarani e Kaiowá, então há exploração pelo desconhecimento. Uma das soluções apontadas pelos pesquisadores comunitários para dar acesso integral aos valores creditados e evitar fraudes é tornar a informação acessível e traduzida na língua guarani, mostrando com clareza os critérios de elegibilidade aos benefícios, além de oferecer apoio jurídico específico para certos casos.

Violência

A intensificação do confinamento dos indígenas brasileiros durante o período da Ditadura Militar (1964–1985) foi incentivada com o intuito de liberação de terras e ocupação do território por atividades do agronegócio. Os indígenas da região eram levados, muitas vezes sob ameaças e aprisionamentos, para as reservas delimitadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) sem que as diferenças entre os grupos étnicos e familiares fossem respeitadas. A expropriação de seus territórios ancestrais deu origem a reservas indígenas com a maior densidade populacional do país, potencializando conflitos familiares, políticos e religiosos no interior das aldeias e fora delas.

Atualmente os povos Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul estão em posse de somente 29% das terras

card as collateral. The person in charge of that establishment, having access to the beneficiary’s password, makes a monthly withdrawal to “set off that debt”. In one case, an indigenous woman reports having her *Bolsa Família* card retained for over ten years, and receiving threats from merchants at a specific store.

“Grandfather tells me that in the past, when he received money, he threw it away, because it was useless. Currency is very recent here; we don’t really know how it works.”

The point is that retirement, money and wages are recent in the Guarani and Kaiowá world, so there is exploitation due to ignorance. One of the solutions suggested by community researchers to guarantee full access to benefits and to avoid fraud is to make information accessible and translated into the Guarani language, clearly presenting the eligibility criteria for each benefit, and also providing specific legal support in certain cases.

VIOLENCE

Intensification of the confinement of indigenous Brazilians during the Military Dictatorship (1964–1985) was promoted with the purpose of freeing land to be used in agribusiness activities. The indigenous people in the region were taken, often under threats or imprisoned, to the reservations delimited by the Indian Protection Service (SPI) with no consideration for differences among ethnic and family groups. As a consequence of expropriation of their ancestral land, indigenous reservations had the highest population density in the country, exacerbating family, political and religious conflicts within and outside villages.

Currently, the Guarani and Kaiowá peoples of Mato Grosso do Sul are in possession of only 29% of the land already

já reconhecidas como de ocupação tradicional pelo Estado brasileiro. Na condição da maioria de suas terras em disputa, as lideranças indígenas da região são perseguidas por grileiros e jagunços. Desde 2001, foram assassinadas 18 lideranças Guarani e Kaiowá. (Relatório Violência contra povos indígenas no Brasil, 2018).

Afora as perseguições que culminam em morte, os conflitos e violências pesam no alto índice de aprisionamento de indígenas no estado, colocando o Mato Grosso do Sul no topo do ranking brasileiro. No sistema penal, os indígenas são vítimas de violações de direitos e não possuem suas garantias constitucionais respeitadas. Em inspeção nos estabelecimentos prisionais de Dourados (MS) feita pela Defensoria Pública da União (DPU) em 2018 constatou-se que de 72 indígenas presos, 70 não passaram por perícia antropológica.

Este fato revela o não reconhecimento, por parte das instituições jurídicas e dos operadores de direito do país, do tratamento diferenciado do sujeito indígena nos processos penais, que em respeito aos acordos internacionais e à constituição brasileira, deveriam levar em consideração sua cultura e forma de vida (PACHECO, PRADO, KADWÉU, 2011). O modo de ser e viver Guarani e Kaiowá (*Nãnde Reko*) é conflitivo com o modo de ser do não indígena (*karai reko*). Com a histórica intervenção do Estado brasileiro, através de políticas tutelares e assistencialistas, o sistema tradicional jurídico e político dos Guarani e Kaiowá se alterou. A mudança das relações entre as comunidades e etnias no processo de confinamento nas reservas indígenas e o crescente contato com o *karai reko* fizeram com que famílias e teias de relações sociais fossem desestruturadas. Com isso, o *Teko Joja* (modo harmonioso de ser) foi paulatinamente contaminado pelo *teko pochy* (jeito odioso de ser) e pelo *teko ñaña* (jeito mesquinho de ser). Na cartilha *Teko Joja: modo harmonioso de ser Guarani e Kaiowá* produzida coletivamente por este

recognized by the Brazilian government as areas for traditional occupation. With most of their land in dispute, the indigenous leaders of the region are persecuted by *grileiros* (land grabbers) and *jagunços* (armed hands or bodyguards, usually hired by big farmers and “colonels” in the backlands of Brazil); since 2001, 18 Guarani and Kaiowá leaders were murdered. (Violence against indigenous peoples in Brazil Report, 2018)

Aside from the persecutions that culminate in death, conflicts and violence carry weight on the high rate of imprisonment of indigenous individuals in the state, placing Mato Grosso do Sul at the top of the Brazilian ranking. In the criminal justice system, indigenous people are victims of rights violations and their constitutional guarantees are not upheld. In an inspection of prisons in Dourados (MS), carried out by the Public Defender’s Office (DPU) in 2018, it was found that 70 out of 72 indigenous prisoners did not undergo anthropological forensics.

This fact discloses a lack of acknowledgement, on the part of the country’s legal bodies and legal agents, of the needed special treatment of indigenous subjects in criminal proceedings; in compliance with international agreements and with the Brazilian constitution, their culture and way of life should be taken into account (PACHECO, PRADO, KADWÉU, 2011). The Guarani and Kaiowá way of life and of being (*nãnde reko*) is in conflict with the non-indigenous way of life (*karai reko*). Due to the historic intervention of the Brazilian government through tutelage and welfare policies, the traditional legal and political system of the Guarani and Kaiowá was changed. Changing relations between communities and ethnic groups throughout the process of confinement into indigenous reservations and increasing contact with *karai reko* have disrupted webs of social relations and families. As a result, the *teko joja* (harmonious way of being) was gradually contaminated by the *teko pochy* (hateful way of being) and the *teko ñaña* (mean way of being). In the *Teko Joja* Project booklet, produced collectively to support the



projeto para apoiar a ação dos pesquisadores comunitários, a filosofia do *Teko Joja* é apresentada.

Um dos exemplos dessa desestabilização do *Teko Joja* são os conflitos religiosos que têm se acirrado no interior das aldeias. Diversos depoimentos envolviam a queima de casas de reza e objetos sagrados dos Guarani e Kaiowá, gerando perdas irreparáveis para os *ñhanderu* e *ñhandesy* e para toda uma geração. Em um desses casos, um *Kurusu* (cruz sagrada) com mais de 200 anos foi queimado. O rezador que o detinha leu em uma cerimônia o nome dos *ñhanderu* pelos quais passou a cruz sagrada, e alguns nomes datavam do século XIX.

Os casos de violência, que envolvem contendas familiares, agressões e violência contra mulheres, foram discutidos dentro da metodologia do projeto como fatos que revelam a desestabilização da forma tradicional e harmoniosa de ser Guarani e Kaiowá (*Teko Joja*). A busca por uma solução foi amplamente discutida e culminou no reconhecimento da importância do diálogo e da construção da autonomia indígena frente às “ações de tutela”, visando uma alternativa às soluções externas implementadas pelo Estado brasileiro e por outras instituições.

O entendimento do grupo de pesquisadores comunitários envolvidos no projeto é de que essa dependência de soluções “vindas de fora” atrapalha o florescimento de soluções que envolvam a busca pelo *Teko Joja*. Neste sentido, uma das possibilidades de retomada dessa busca seria o *ñe’e*, que são as palavras, os conselhos. O aconselhamento familiar, dos mais velhos para os mais novos, foi apontado como algo fundante das boas relações, e que se encontra desvalorizado dentro da comunidade. O diálogo aqui possui centralidade na solução dos desentendimentos e violências que ocorrem nas aldeias. Foi o caso das rodas de conversa do projeto *Teko Joja* realizadas na aldeia Arroio-Korá, que durante dois dias reuniu mais de 150 pessoas da comunidade,

action of community researchers, the philosophy of *teko joja* is presented: a harmonious way of being a Guarani and Kaiowá.

One example of this disturbance in *teko joja* is the religious conflicts that have been raging within the villages. Several testimonials concerned the burning of houses of prayer and of sacred objects of the Guarani and Kaiowá, inflicting irreparable losses not only for the *ñhanderu* (shamans) and *ñhandesy*, but for an entire generation. In one of these cases, a *Kurusu* (sacred cross) over 200 years old was burned. The prayer who held it read in a ceremony the name of the *ñhanderu* through which the sacred cross had passed, and some names dated back to the 19th century.

The cases of violence, which include family contentions, aggression and violence against women, were discussed within the project’s methodology as facts that unveil a deterioration of the traditional and harmonious way of being a Guarani and Kaiowá (*teko joja*). The search for a solution was widely discussed and culminated in the recognition of the importance of engaging in dialogue and seeking autonomy to counteract “tutelage initiatives”, working towards alternatives to external solutions implemented by the Brazilian government and other organizations.

The understanding of the group of community researchers involved in this project is that this dependence on “outside solutions” hinders the flourishing of potential solutions in the quest for *teko joja*. In this direction, one of the possibilities for resuming this quest would be the *ñe’e*, that is, the words, the advice. Family counseling, from the elder to the younger members, was pointed out as the foundation of good relations, but it has been depreciated within the communities. In these communities, dialogue is central to solving disagreements and violence that occur in the villages. This was the case with the *Teko Joja* project conversation circles held in the village of *Arroio korá*, which for two days brought together more than 150 people from the community, including leaders,

de, entre elas lideranças, rezadores tradicionais e pastores evangélicos. O tom das rodas de conversa foi a importância do diálogo e da união de todo o povo Guarani e Kaiowá.

Saúde – Tesã

Os depoimentos ouvidos pelos pesquisadores referentes à saúde são os mais frequentes dentre os eixos e revelam uma gama de problemas enfrentados pelos indígenas, que envolvem negligência médica, mau atendimento, falta de recursos hospitalares e de transporte para os pacientes, falta de profissionais de saúde, contaminação de alimentos e água, desrespeito à cultura tradicional.

Os casos de negligência médica e de mau atendimento reproduzem o quadro das precárias condições do sistema de saúde brasileiro de modo geral, principalmente em cidades pouco populosas do interior. A infraestrutura e a gestão da saúde indígena, ligadas ao governo federal, são coordenadas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), criada em 2010 após pressão do movimento indígena e de organizações da sociedade civil., Ação desta secretaria, contudo, limita-se em geral à atenção primária, o que faz com que outras redes de referência de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) nos estados e municípios sejam utilizadas pela população indígena.

A necessidade de utilização do SUS – que não possui atendimento especializado em saúde indígena – pelos indígenas acaba acirrando as discriminações vividas por eles. As violações são inúmeras, como a prioridade dada ao atendimento de não indígenas em detrimento de indígenas que já estavam na fila,,a recusa de atendimentos imediatos e outras situações que caracterizam um quadro de racismo institucional latente. Isto fica explicitado nos trechos dos depoimentos:

traditional prayers and evangelical pastors. The mood in the conversation circles revolved around the importance of dialogue and of the unity of all the Guarani and Kaiowá people.

HEALTH – Tesã

Health-related testimonials heard by the researchers are one of the most frequent among the axes. They reveal a wide range of problems faced by the indigenous communities that include medical negligence, poor services, lack of hospital and patient transportation resources, lack of health professionals, contamination of food and water, and disrespect to traditional culture.

The cases of medical negligence and poor services mirror the general precarious conditions of the Brazilian health system, especially in small towns. The infrastructure and the management of indigenous health offered by the federal government are coordinated by the Special Secretary of Indigenous Health (Sesai), created in 2010 due to pressure from indigenous groups and civil society organizations. Unfortunately, the issues managed by Sesai are limited to primary care, forcing the indigenous groups to use other reference health nets from the Brazilian Unified Health System (SUS) in cities outside indigenous lands.

The necessity to use the services of SUS, which does not offer services specialized in indigenous health, ends up increasing frequent prejudice towards indigenous people. There are many violations like the priority given to non-indigenous individuals in detriment to indigenous individuals that were already on a waiting list; the refusal to offer immediate care by SUS; and other situations that mirrors the latent institutional prejudice. These problems are clearly expressed in the testimonials:

*“Me deixaram no final da fila.”,
“Atenderam o karai [não indígena] primeiro.”,
“Não quiseram me atender no hospital.”*

Os casos de não-atendimento, de longas esperas por atendimento e remoção nas aldeias afastadas dos centros urbanos também são frequentes. Em diversos casos a demora no atendimento é relatada como o motivo do agravamento de alguns casos críticos e, não raras vezes, como causa da morte de crianças e idosos.

*“Duas crianças começaram a vomitar,
a passar mal, eles não queriam dar atendimento
e nem mandar carro por ser área de retomada,
e por isso as duas crianças foram a óbito.”*

O tema da atenção à saúde indígena por diversas vezes se entrecruza com o desrespeito à cultura tradicional, pois as diferentes acepções de cuidado e saúde entre os povos Guarani e Kaiowá se chocam e são acirradas pelo emprego de práticas de saúde hegemônicas, em atendimentos por vezes impositivos. Além disso, o emprego de conhecimentos tradicionais é dificultado pela impossibilidade de coleta das ervas medicinais em áreas de conflito com fazendeiros ou em locais já degradados pelo agronegócio, como relatado por diferentes rezadores tradicionais e parteiras.

No atendimento voltado às mulheres, os embates interculturais ficam evidentes, alguns relatos de parteiras indígenas reforçam isto quando falam sobre a proibição do uso de remédios tradicionais no momento do parto e o impedimento desta prática por parte de profissionais de saúde. O impedimento das práticas tradicionais, na visão das parteiras, culminaria na realização forçada de cesárias no ambiente hospitalar, em alguns casos sem o consentimento da mulher.

Os procedimentos do atendimento ginecológico também são relatados como geradores de constrangi-

*“They put me at the end of the cue”,
“They called first a non-indigenous person (karai)”,
“I was refused hospital care”*

The cases of care refusal, long waiting lines, and the displacement of tribes to areas far from cities are also frequent. In many instances the delay to health care is mentioned as a motive of the aggravation of some critical health cases, frequently leading to the death of children and elderlies.

*“Two children started to vomit, and they refused
to offer treatment and they didn’t even send
transportation because we were in reclaimed land,
and because of that two children died”.*

The issue related to indigenous health is many times connected to the disrespect of their indigenous cultural traditions. There are wide differences regarding health care views between indigenous culture and outsiders and they are aggravated by the use of hegemonic health procedures that are many times imposed. Furthermore, the application of traditional knowledge is hindered by the impossibility of collecting medicinal herbs in areas where there are conflicts with farmers or regions already degraded by the agribusiness, as mentioned by various traditional shamans and midwives.

In the health assistance catered to women, the intercultural shocks are evident, some testimonials of indigenous midwives underline this situation, they mention that the use of traditional indigenous medicine is not allowed in births even by health professionals. The prohibition of traditional procedures, according to the midwives, culminates with forced C-sections performed in women in a hospital environment, in some cases without the mothers’ consent.

Gynecological procedures are also mentioned as inducers of embarrassing feelings and often imposed on in-

mento e objetos de imposição por profissionais da saúde. Como no caso relatado a um pesquisador comunitário, em que um grupo de mulheres foram intimadas a realizar exames preventivos com a prerrogativa falsa de que a não realização dos exames ginecológicos seriam critério de suspensão de programas sociais do governo federal. Situações como essa evidenciam a intersecção de problemas enfrentados pelos indígenas no Mato Grosso do Sul. A saúde é um tema em que as vulnerabilidades se somam à má gestão de recursos, à falta de infraestrutura, ao racismo e aos persistentes conflitos territoriais, provocando danos irreparáveis a esses povos.

Como discutido entre os pesquisadores comunitários nas rodas de conversa do projeto, o corpo indígena Guarani e Kaiowá é fruto da saúde do meio ambiente e do *Tekoha* em que se vive. As soluções desconectadas de uma visão de saúde Guarani e Kaiowá, dos conhecimentos de rezadores e rezadoras, e que resultem de decisões reprodutoras de práticas hegemônicas de saúde, tendem a ser ineficientes e conflituosas. Nas rodas de conversa foi apontada a necessidade de um diálogo maior do que o já existente entre agentes de saúde e a comunidade indígena, e entre a medicina hegemônica e a medicina tradicional Guarani e Kaiowá.

Outro ponto fundamental discutido com os pesquisadores comunitários foi a necessidade de acessibilidade às informações dos serviços de saúde na língua guarani, além da disponibilização de materiais audiovisuais que auxiliem na tradução das informações. Na campanha de combate ao COVID-19 nas aldeias, em parceria com os participantes do projeto, foram redigidos materiais na língua guarani e no português que informam de maneira precisa e compreensível as causas da pandemia e as medidas de prevenção e combate ao vírus, auxiliando o trabalho das equipes de saúde local.

indigenous women by health professionals. In one case, told to a community researcher, a group of indigenous women was intimidated to undergo gynecological exams with the false prerogative that if the exams were not performed their federal government benefits would be suspended.

Situations like the ones mentioned above highlight the intersection of problems faced by the indigenous peoples in the State of Mato Grosso do Sul. Health is a subject where their vulnerabilities combine with the poor management of resources, lack of infrastructure, prejudice, and constant territorial conflicts, creating irreparable damage to these people.

As discussed among the community researchers in conversation circles of the project, the Guarani and Kaiowá’s indigenous body is the result of the environmental health and the *tekoha* in the region they live. Solutions that are not connected to the health point of view of the Guarani and Kaiowá and from the shamans, that result in external hegemonic health procedures, tend to be inefficient and conflictual.

During conversation circles, it was highlighted the necessity of a deeper dialogue between health agents and the indigenous community, indeed, much deeper than what currently is in place, in addition to a deeper exchange and understanding of the differences between the hegemonic medicine and the traditional medicine practiced by the Guarani and Kaiowá communities.

Another fundamental issue discussed with the community researchers was the necessity of accessibility to health services information that would improve the translation of material prepared for their communities. For the campaign regarding COVID-19, a partnership was established with the participants of the project to produce materials written in Guarani and Portuguese. They informed in a precise and understandable way the causes of the pandemic and the necessary preventative measures to avoid the virus, which helped the work of local health providers.

Covid-19 e a negação do direito à vida indígena

Gabriela Thomazinho e Tatiane Klein

A covid-19 chegou ao Brasil em meio a um cenário de desmonte das políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Entre as mais fragilizadas está a política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas, sob responsabilidade da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde, desde 2010.

Desde a posse do governo Bolsonaro, em 2019, foram várias as frentes de desmantelamento desta combatida secretaria: em 2019, a SESAI quase foi extinta pelo poder Executivo, mas a pasta acabou mantida graças à forte pressão do movimento indígena. Em 2020, manteve-se a ameaça da municipalização da saúde indígena, que fragiliza o direito constitucional dos indígenas à saúde diferenciada; mais a falta de profissionais, os problemas de atendimento e de infraestrutura que já marcavam a SESAI, e sua antecessora Fundação Nacional de Saúde (Funasa) já apontam a precarização do sistema de atendimento mesmo antes da chegada do vírus.

As ineficientes respostas do governo federal diante do risco de alastramento da covid-19 entre as populações indígenas só agravaram a situação. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB), que monitora a informações sobre o avanço da pandemia em seus territórios, o Ministério da Saúde está subnotificando o número de casos de indígenas contaminados e mortos pela covid-19 ao desconsiderar aqueles que vivem em áreas urbanas ou fora das terras indígenas demarcadas. Enquanto, no final de maio, a SESAI contabilizava 44 óbitos de pessoas indíge-

COVID-19 AND THE DENIAL OF THE RIGHT TO INDIGENOUS LIFE Covid-19 arrived in Brazil in the midst of a dismantling of public policies concerning indigenous peoples. Among the most fragile is the national healthcare policy for indigenous peoples, under the responsibility of the Special Secretariat for Indigenous Health (SESAI) of the Ministry of Health since 2010.

Since the beginning of the Bolsonaro administration in 2019, there have been several battle lines for dismantling this enfeebled secretariat: in 2019, SESAI was almost eliminated by the executive branch, but it was maintained thanks to strong pressure from the indigenous movement. In 2020, the threat of municipalization of indigenous healthcare remained, which would undermine the constitutional right of indigenous people to culture-specific care. Additionally, the lack of health professionals, and the service and infrastructure problems that already marked SESAI and its predecessor, National Health Foundation (Funasa), already pointed to the precariousness of the healthcare system even before the virus has reached indigenous villages.

The inefficient responses from the federal government to the risk of spreading of covid-19 among indigenous populations have only aggravated the situation. According to the Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB), which monitors information about the progress of the pandemic in their territories, the sub-notification of the number of cases of indigenous people infected and killed by covid-19 by Ministry of Health is due to the fact that they disregard those living in urban areas or outside demarcated

nas, os dados monitorados pela APIB, por meio de boletins periódicos, revelavam que o quadro já era de 141 mortes por covid-19. Segundo a APIB, para além de esconder o problema, o governo federal adota uma postura genocida com relação à desestruturação crônica do subsistema de saúde indígena, por não ter tomado medidas enérgicas para conter o avanço da doença nas aldeias em áreas urbanas, além de ter se mantido omissa à invasão de terras indígenas no período da pandemia.

No Mato Grosso do Sul, outros problemas agravam a situação dos povos Guarani e Kaiowa, casos relatados à equipe de pesquisadores comunitários deste projeto já demonstravam que a dificuldade de acesso à saúde de qualidade era uma das principais violações de direitos a que os indígenas estão submetidos. Somado a uma realidade marcada pela falta de espaço para a produção de alimentos, desnutrição, acesso precário à água, à energia elétrica e uma alta densidade populacional nas aldeias, praticamente inviabiliza algumas das medidas básicas para a prevenção ao novo corona vírus.

Além disso, segundo os relatos colhidos pelos pesquisadores comunitário, há falta de coordenação entre a atenção básica nas aldeias, feita pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS, e o atendimento de casos de média e alta complexidade, feita pelos serviços e hospitais regionais do SUS, o que impede o atendimento adequado aos indígenas. Um dos casos emblemáticos, reportado pelas lideranças Guarani e Kaiowá no início do mês de junho, foi a denúncia de omissão de socorro a uma mulher indígena com sintomas de covid-19 na aldeia Bororó, da Reserva Indígena de Dourados, pelo SAMU e pelo Corpo de Bombeiros da cidade.

Diante deste quadro de negligência por parte do poder público e a precarização das equipes de saúde indígena locais, que não dispõe de equipamentos de pro-

ed indigenous lands. By the end of May, SESAI recorded 44 deaths of indigenous individuals, whereas the data monitored by APIB, through periodic dispatches, showed that there were already 141 covid-19 deaths. According to APIB, besides trying to conceal the problem, the federal government adopts a genocidal stance since it has not taken strong measures to guard against coronavirus spreading in villages located in urban areas. Moreover, the federal government has ignored the chronic dismantling of the indigenous health subsystem and the invasion of indigenous lands during the pandemic.

In the state of Mato Grosso do Sul, other problems aggravate the current situation of the indigenous peoples: cases reported to the team of community researchers in this project demonstrate that difficult access to quality healthcare has remained one of the main violations of rights faced by the Guarani and Kaiowá. Their everyday life is marked by lack of space to grow food, by malnutrition, by poor access to water and electricity, and by high population density in the villages, difficulties that hamper some of the basic preventive measures against the novel coronavirus.

Additionally, the community researchers are reporting that there is a lack of coordination between primary care in the villages, carried out by the SUS Indigenous Health Subsystem, and the treatment of medium to high complexity cases, carried out by regional services and regional hospitals, which hinders adequate medical care to indigenous people. One emblematic case reported by the Guarani and Kaiowá leaders in early June was the complaint of omission of help to an indigenous woman with symptoms of covid-19 in the Bororó village, within the Dourados Indigenous Reserve, by SAMU (Mobile Emergency Care Service) and by the City Fire Department.

Considering this negligence on the part of public authorities and the precariousness of the local Indigenous

teção (EPs) adequados para prestar atendimento às aldeias o que restou às comunidades foi combater o novo coronavírus pelas suas próprias mãos. Assim, diversas comunidades Guarani e Kaiowá se organizaram para realizar barreiras sanitárias de controle da entrada e saída das aldeias, iniciaram campanhas de arrecadação de alimentos, materiais de higienização e acesso à água para os que não tinham, além da busca de parceiros para a doação de EPs para profissionais de saúde e integrantes das barreiras sanitárias, que vinham colocando suas próprias vidas em risco por não estarem devidamente equipados para realizar o trabalho diário de prevenção.

Para além da participação nos comitês de combate ao coronavírus nos polos-base da SESAI, lideranças das comunidades também passaram a articular redes de apoio e solidariedade para suas iniciativas, buscando parceiros que vão desde pessoas físicas às organizações da sociedade civil, universidades e até setores do poder Judiciário, como com o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União. Mas ainda que as articulações locais e regionais sejam extremamente relevantes para minimizar os impactos da covid-19 na população Guarani e Kaiowá, elas são insuficientes para erradicar os efeitos nefastos que essa pandemia pode ter para esta população.

Até meados de junho de 2020, segundo informações do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI/MS), da SESAI, haviam sido registrados casos confirmados de covid-19 em pelo menos três terras indígenas: a Reserva Indígena de Dourados, com cerca de 100 casos confirmados; a Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica, com pouco mais de 12 casos, e a Reserva Indígena de Caarapó, com dois casos. Mas a ameaça de espalhamento da doença preocupava as lideranças comunitárias guarani e kaiowá em todo o cone sul do estado, nas mais de 70 áreas de ocupação desses povos.

Health Subsystem staff, the only option left to the communities was to fight the novel coronavirus on their own. Thus, several Guarani and Kaiowá communities got organized, establishing sanitary barriers to control the flow in and out of the villages. They have also started campaigns to collect food, hygiene items and PPE (protective equipment) for healthcare professionals and sanitary barrier workers who had been putting their own lives at risk because they were not adequately equipped to carry out daily infection prevention work.

In addition to participating in the committees to combat the spreading of coronavirus at the SESAI base centers, community leaders also began to articulate support and solidarity networks to back their initiatives, seeking partners that ranged from individuals to civil society organizations, to universities and even to the Judiciary, for instance the Federal Prosecution Office and the Federal Public Defender's Office. The project Guarantee of Rights of the Guarani and Kaiowá Population articulated with these networks to carry out pandemic prevention initiatives along two axes. The first axis was communication, with the elaboration of illustrated newsletters about Covid-19 in Portuguese and in Guarani, which were posted on social media and printed for distribution in the villages. Sound trucks with messages in Guarani and Kaiowá were also hired to broadcast Covid-19 prevention in Guarani and Kaiowá communities. The second axis involved purchasing PPE (protective equipment) and sanitizing materials for professionals and leaders at the forefront in fighting the virus, and supporting sanitary barriers in several villages regarding the purchase of flashlights, vests, masks, basic food staples, gloves and hand sanitizer. It is worth mentioning the partnership articulated by Imagem da Vida with Higia project, which made it possible to have 1,500 face shields donated to these initiatives in the region.

Although local and regional articulations are extremely relevant to curtail the impacts of covid-19 on the



Em carta emergencial divulgada no dia 16 de maio pela Aty Guasu, a grande assembleia que reúne lideranças comunitárias, rezadores, jovens e mulheres, os Guarani Kaiowá já afirmavam estar em “estado de emergência” e exigiam atenção efetiva à saúde no contexto da pandemia e ajuda humanitária – para que fosse possível manter-se as pessoas nas aldeias, mesmo com tantas dificuldades. Caso contrário, diziam, suas comunidades teriam negado o seu direito à vida e estariam diante da ameaça de um massacre: “Nos restam poucos anciões que guardam o conhecimento tradicional, a vida deles e da comunidade estão em risco, e junto a perda da história de um povo. Quem será responsabilizado pela morte do nosso povo?”, pontuam.

Essa é uma das maiores preocupações de Júlia Soares, enfermeira do povo indígena Kaiowá, que é a atual coordenadora do polo-base de Caarapó, da SESAI. Suas equipes são responsáveis pelo atendimento de mais de 6000 mil indígenas de reservas, terras indígenas e áreas de retomadas, nesta região que tinham pelo menos dois casos positivos para covid-19 registrados. No depoimento abaixo, Júlia revela sobre como é estar na linha de frente do combate à doença e relata o temor de que o número de casos aumente ainda mais e saia do controle nas aldeias:

“Sabemos que sempre nós indígenas ficamos para trás”

“Nós, dentro da comunidade, montamos uma barreira sanitária para combater essa doença com o apoio de toda a comunidade, como a organização dos professores e das lideranças. A união nesse momento faz muita diferença, traz força para combater essa doença. Eu agradeço muito os professores que se juntaram para nos ajudar também. Temos a dificuldade de não ter o EPIS (equipamentos de proteção) para todos os profissionais de saúde, tem muito pouco. Os profissionais de saúde estão na linha de frente e são seres humanos também, que têm filhos, que têm fa-

Guarani and Kaiowá population, these initiatives are insufficient to mitigate the harmful effects that this pandemic can have on them. According to information from SESAI on the Indigenous Special Sanitation District of Mato Grosso do Sul (DSEI / MS), by mid-June 2020 more than 100 confirmed cases of covid-19 and 1 death had already been recorded among the Guarani and Kaiowá. In an emergency letter released on May 16 by the *Aty Guasu*, the great assembly that brings together community leaders, prayers, youth and women, the Guarani and Kaiowá already claimed to be in a “state of emergency”, “We have few elders left who guard our traditional knowledge; their lives and that of the community are at risk, along with the loss of our people’s history. Who will be held responsible for the death of our people? ”.

This is one of the gravest concerns of Júlia Soares, a nurse for the Kaiowá indigenous people, and presently the coordinator of the SESAI Caarapó base center. Her teams are responsible for the care of more than 6,000 indigenous people from reservations, indigenous lands and reclaimed areas in this region where there were at least two confirmed cases of covid-19. In her statement shown below, she discloses how it feels to be at the forefront in fighting this disease and expresses her fear that the number of cases might increase even more in the villages:

“We know that we indigenous people are always left behind”
“Within the community, we set up a sanitary barrier to fight this disease with the support of the entire community, such as the teacher association and the leaders. Being united at this moment makes all the difference; it gives us strength to fight this disease. I am very grateful to the teachers who came together to help us too. We have the difficulty of not having PPE (protective equipment) for all health professionals, there is very little equipment. Health professionals are on the front lines and are human beings too, who

mília, e temos que pensar na saúde deles também. Vemos por aí que muitos profissionais de saúde estão sendo contaminados dentro do ambiente de trabalho. Outra questão é o uso de máscara, porque muitos nas comunidades indígenas não têm condições de comprar. Meu medo desse vírus, dessa doença, é aumentar muito o número de casos dentro da aldeia e não conseguirmos controlar. Vai ser um desastre total para nossa população se aumentar muito, por conta da precariedade das casas: muitas não têm saneamento, muitas pessoas não têm acesso à água. O meu medo é não conseguirmos controlar, porque sabemos hoje que o país não estava preparado com equipamentos dentro dos hospitais. O meu medo é como os profissionais de saúde vão ter que escolher quem realmente vai ser recebido dentro do hospital. Porque sabemos que sempre nós indígenas ficamos para trás. Se chegarem um indígena e um que não é indígena, sabemos que nem todos hospitais respeitam a legislação do SUS, que em alguns municípios acontece de atender quem não é indígena e deixar para trás os indígenas. Por isso agora a conscientização e a prevenção são super importantes. Que a nossa comunidade venha a entender os perigos dessa doença. Esse é meu medo”.

have children, who have families, and we have to think about their health as well. We see many health professionals everywhere being contaminated within their work environment. Another issue is the use of masks, because many people in indigenous communities are unable to buy them. My real fear regarding this virus, this disease, is that the number of cases increases within the village and we are unable to control it. It will be a total disaster for our population if it increases too much, due to the precariousness of the houses: many have no sanitation; many people do not have access to water. My fear is that we will be unable to control it, because today we know that the country was not prepared, with equipment inside hospitals. My fear is how health professionals will have to choose who will actually be received by hospitals. We know that we, the indigenous people, are always left behind. If an indigenous person and a non-indigenous person arrive at a hospital, we know that not all hospitals respect the SUS [Brazilian Health System] legislation, and in some municipalities it happens that non-indigenous people receive care and the indigenous people are left behind. So, now, awareness and prevention are terribly important. May our community come to understand the dangers of this disease. This is what I fear most”.

Os Povos Indígenas e o Ministério Público Federal

Marco Antonio

Falar da relação dos Povos Indígenas com o Ministério Público Federal representa, necessariamente, falar da Constituição Federal. É importante inicialmente, destacar a sua natureza singular, uma vez que o Ministério Público não está vinculado nem ao Judiciário nem ao Executivo. Importante destacar, igualmente, que não temos instituição, com a sua configuração, em outras partes do mundo. Via de regra, apenas as funções de condução de procedimentos penais são exercidas pelos similares estrangeiros. A previsão de atuação na proteção de direitos humanos apresenta-se única. As funções institucionais do Ministério Público estão definidas no artigo 129 da Constituição Federal. Podemos destacar as seguintes:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

Ao examinar esta relação podemos, claramente, vinculá-la à realidade dos Povos Indígenas. A promoção das ações penais pode ser exemplificada pelos processos judiciais relacionados ao Massacre de Haximu(1993) e ao Massacre do Capacete (1988): os dois únicos casos tipificados como genocídio no Brasil. O genocídio que afetou os Povos Yanomani e Tikuna, respectivamente, demonstra a violência sofrida ao longo de mais

INDIGENOUS PEOPLES AND THE FEDERAL PROSECUTION OFFICE

Discussing the relationship between Indigenous Peoples and the Federal Prosecution Office necessarily means talking about the Federal Constitution. Initially, it is important to highlight its singular nature, since the Federal Prosecution Office is not under the authority of either the Judiciary or the Executive branches. It is also important to point out that there is no agency with the same configuration anywhere in the world. As a rule, only the functions related to conducting criminal proceedings are fulfilled by its foreign counterparts. The provision of the Federal Prosecution Office to act in human rights protection is unique. Its institutional functions are defined in article 129 of the Brazilian Federal Constitution. Some of them are underlined below:

I – to initiate, exclusively, public criminal prosecution, under the terms of the law;

II – to ensure effective respect by the Public Authorities and by the services of public relevance for the rights guaranteed in this Constitution, taking the action required to guarantee such rights;

III – to institute civil investigation and public civil suit to protect public and social property, the environment and other diffuse and collective interests;

V – to defend judicially the rights and interests of the Indian populations;

In examining this roll, one can clearly associate it to the reality of Indigenous Peoples. Instituting criminal action can be exemplified by the lawsuits related to the Haximu Massacre (1993) and the Capacete Massacre (1988), the only two cases typified as genocide in Brazil. These genocides that affected the

de quinhentos anos pelos povos originários. Violência historicamente borrada, mas traduzida nos números que apresentam o Brasil com o maior número de povos indígenas (305), maior número de povos com ameaça de extinção (70) e menor percentual populacional da América do Sul (0,5%) conforme dados da CEPAL.¹ Digno de nota é a população indígena inferior, em números absolutos, a países com histórico de campanhas militares contra Povos Indígenas como é o caso da Argentina e Chile. Demonstração recente, e próxima, desta violência histórica é o denominando Massacre de Caarapó, ocorrido em 14 de junho de 2016 que resultou na denúncia criminal e prisão preventiva de cinco pessoas relacionadas à morte de Clodiodi Aquileu Rodrigues e graves ferimentos em outras seis pessoas.

A violência também é traduzida em um racismo estrutural que promove acesso deficiente às políticas públicas como saúde, educação e saneamento. Neste ponto, exemplificamos o zelo “pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos aos direitos assegurados nesta Constituição” nas ações para construção de escolas e provimento de acesso à água. Por óbvio, em tempos de pandemia, necessário destacar a atuação, seja por meio de recomendações seja por meio de ações judiciais, de acesso igualitário, e conforme as especificidades culturais, ao auxílio emergencial em dinheiro e/ou gêneros alimentícios bem como ao adequado atendimento médico, do ponto de vista preventivo e curativo. No entanto, como exposto por Michelle Bachelet², se explicitou um impacto desproporcional, racial e etnicamente diferenciado, do COVID-19. Houve a alarmante demonstração das desigualdades que o mito da democracia racial no Brasil sempre tentou ocultar. Limitado acesso à água e alimentos são apenas parcela da realidade. As comunidades indígenas do centro-sul do Brasil são caracte-

¹ CEPAL, Los pueblos indígenas en América Latina. <https://www.cepal.org/pt-br/infografias/los-pueblos-indigenas-en-america-latina>

² BACHELET, Michelle. Bachelet quer ação urgente contra impacto desproporcional da Covid-19 em minorias <https://news.un.org/pt/story/2020/06/1715402>

Yanomani and Tikuna peoples respectively demonstrate the violence suffered by the original peoples over more than five hundred years. This violence may be historically blurred, but it can be translated into numbers: Brazil has the highest number of indigenous peoples (305), the highest number of peoples on the brink of extinction (70) and the lowest percentage of indigenous population in South America (0.5%), according to ECLAC.¹ It is noteworthy that the Brazilian indigenous population is smaller, in absolute numbers, than that of countries with a history of military campaigns against Indigenous Peoples such as Argentina and Chile. A recent and close at hand confirmation of this historical violence is the so-called Caarapó Massacre, which occurred on June 14, 2016 and resulted in a complaint and in the preventive detention of five people connected to the death of Clodiodi Aquileu Rodrigues and to serious injuries to six other people.

Violence is also translated into structural racism that brings about poor access to public policies such as healthcare, education and sanitation. Regarding this point, we illustrate the zeal “to ensure effective respect by the Public Authorities for the rights guaranteed in this Constitution” in the form of initiatives for building schools and providing access to water. Undoubtedly, in times of pandemic it is important to highlight the effort of this Office, either through recommendations or through legal action, to provide equal access, in accordance with cultural specificities, to emergency cash assistance and/or food aid, as well as to adequate preventive and curative medical care. As stated by Michelle Bachelet², however, a disproportionate, racially and ethnically uneven impact of COVID-19 is evident. It is an alarming display of the inequalities that the myth of racial democracy in Brazil has always tried to hide. Limited access to

¹ CEPAL, Los pueblos indígenas en América Latina. <https://www.cepal.org/pt-br/infografias/los-pueblos-indigenas-en-america-latina>

² BACHELET, Michelle. Bachelet quer ação urgente contra impacto desproporcional da Covid-19 em minorias [Bachelet calls for urgent action against the disproportionate impact of Covid-19 on minorities.] <https://news.un.org/pt/story/2020/06/1715402>

rizadas pela massiva dependência de recursos externos para subsistência. Uma realidade de fontes de renda informais, pagas diariamente ou de empregos com alta exposição à contaminação, como frigoríficos e coleta urbana de resíduos. Estes aspectos se combinam, de forma sinergicamente negativa, à conexão deficiente do subsistema de Saúde Indígena ao Sistema Único de Saúde. Recentemente, houve nova replicação de casos de recusa de atendimento por motivos étnicos. Conduzidas estas já objeto de denúncias por racismo.³

Neste ponto, importante a exposição de outra obviedade, a ligação entre o descumprimento das obrigações constitucionais de demarcação de terras indígenas e os efeitos adversos da pandemia. A obrigação constante no art. 231 da CF, foi realçada no art. 67 do ADCT, que estabeleceu o prazo de cinco anos para a conclusão deste processo.⁴ Prazo novamente renovado pela celebração do Compromisso de Ajuste de Conduta (CAC), entre o Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e lideranças Kaiowá e Guarani em 12 de novembro de 2007.⁵

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, por meio de sua Opinião Consultiva 23/2017, ressaltou que “(...) a falta de acesso aos territórios e aos recursos naturais correspondentes pode expor às comunidades indígenas a condições de vida precárias ou infra-humanas, a maior vulnerabilidade ante doenças e epidemias.”⁶ Esta vulnerabilidade se

³ FREITAS, Hélio de. MPF denuncia equipe do Samu e bombeiro por racismo e homicídio culposo. <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/mpf-denuncia-equipe-do-samu-e-bombeiro-por-racismo-e-homicidio-culposo>

⁴ O referido dispositivo foi inteiramente copiado do Art. 65 da Lei nº 6.001/1973. Ou seja, tratava-se de renovação de prazo obrigacional que deveria ter se esvaído em 1978: Art. 65. O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas.

⁵ O CAC estabeleceu o prazo de 19 de abril de 2010 para remessa de todos os relatórios circunstanciados ao Ministro da Justiça. Até a presente data, nenhum foi remetido e diversos sequer iniciados.

⁶ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, Opinião Consultiva 23/2017. <http://www.mpf.mp.br/atuacaotematica/sci/dadosdaatuacao/corteidh/OpiniaoConsultiva23versofinal.pdf>. p.23.

water and food is only part of this reality. The indigenous communities of south-central Brazil are characterized by a massive dependence on external resources for their survival. Their reality involves informal sources of income, paid daily, or jobs with high exposure to contamination, for instance in slaughterhouses or in urban waste collection. These aspects are combined, in a synergistically negative way, with the deficient connection of the Indigenous Health subsystem to the Unified Health System (SUS). Recently, there has been a new surge in cases of refusal to provide medical care due to ethnic reasons, and these conducts have already been a matter for racism-related complaints.³

In this regard, it is imperative to expose another blatan- cy: the link between a breach of the constitutional obligation to demarcate indigenous lands and the adverse effects of the pan- demic. The provision in article 231 of the Federal Constitution was underscored in article 67 of the Transitional Constitutional Pro- visions Act (ADCT), which established a five-year deadline for com- pleting this process⁴. This term was once more renewed through the Conduct Adjustment Commitment (CAC), signed among the Federal Prosecution Office, the National Indian Foundation (FU- NAI) and the Kaiowá and Guarani leaders on November 12, 2007.⁵

The Inter-American Court of Human Rights, through its Ad- visory Opinion 23/2017, emphasizes that “(...) the lack of access to the corresponding territories and natural resources may expose in- digenous communities to precarious and subhuman living conditions

³ FREITAS, Hélio de. MPF denuncia equipe do Samu e bombeiro por racismo e homicídio culposo. [Federal Prosecution Office brings charges against an Emergency Rescue Service (SAMU) team and a firefighter for racism and involuntary manslaughter.] <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/mpf-denuncia-equipe-do-samu-e-bombeiro-por-racismo-e-homicidio-culposo>

⁴ The aforementioned provision was entirely copied from Article 65 of Law No. 6.001 / 1973. In other words, it was an extension of the mandatory term that should have expired in 1978: Art. 65. Within five years, the Executive Branch will have demarcated indigenous lands that have not yet been demarcated.

⁵ CAC established April 19, 2010 as the deadline for all detailed reports to be submitted to the Justice Department. To date, none have been submitted and several have not yet been initiated.

evidência pela ampliação das deficiências já citadas como acesso à água e, especialmente, às equipes de Saúde. Notoriamente, o processo de testagem, prospecção de possíveis novos casos, especialmente Síndrome respiratória aguda grave (SRAG) e monitoramento de pessoas infectadas ocorrem de forma muito limitada nas áreas em processo de demarcação.

Estas vulnerabilidades igualmente se apresentam na exposição destas áreas normalmente de pequena extensão, à pulverização de agrotóxicos com nefastos efeitos sobre as pessoas idosas, gestantes e crianças. Cabe relatar a existência de diversas ações no sentido da responsabilização dos produtores rurais envolvidos.^{7,8}

Por último, aponte-se que a atuação ministerial, ainda que visível, não tem o condão de alterar, de forma significativa, uma realidade de racismo cotidiano e estrutural. A atuação atentatória dos direitos humanos pelos três poderes é manifesta seja pela ação, seja pela omissão. Podemos pinçar a não atualização da legislação indigenista nacional aos marcos internacionais, a tramitação de diversos projetos de lei atentatórios aos direitos dos povos originários, a atuação discriminatória dos órgãos indigenistas governamentais⁹ e a duração não-razoável de processos judiciais como exemplos pontuais de diuturnas violações. Ainda que avanços sejam notados, muito é necessário para que promova a universalização do bem viver nas comunidades Kaiowá e Guarani.

⁷ BRASIL, Ministério Público Federal. MPF/MS denuncia piloto que aplicou agrotóxicos sobre aldeia indígena <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-ms-denuncia-criminalmente-piloto-que-aplicou-agrotoxicos-sobre-aldeia-indigena>

⁸ TAJRA, Alex. Produtor rural e piloto são condenados por lançar agrotóxico em indígenas. <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/01/21/ produtor-e-condenado-a-pagar-indenizacao-por-lancar-agrotoxico-em-indigenas.htm>

⁹ A Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e a FUNAI discriminam indígenas não-aldeados e áreas não-regularizadas por ocasião da sua atuação rotineira. A referida conduta caracteriza claro desrespeito do Estado brasileiro a direitos internacionalmente reconhecidos.

and increased vulnerability to disease and epidemics.”⁶ This vulnerability becomes clear with the escalation of the above-mentioned deficiencies such as access to water and, in particular, to Healthcare staff. Notably, the processes of testing, of prospecting for possible new cases, especially related to Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS), and of monitoring infected people occur to a very limited extent in the areas where land demarcation is under way.

These vulnerabilities are also demonstrated in the exposure of these usually small expanses of land to the spraying of agrochemicals, with harmful effects for the elderly, for pregnant women and for children. It is worth reporting that there are several initiatives undertaken in order to hold the implicated farmers accountable.^{7,8}

Finally, it should be noted that the actions of this Office, although visible, do not have the power to significantly alter a reality of everyday, structural racism. Conducts that undermine human rights are manifested either by action or by omission on the part of the three government branches. We can pinpoint the failure to update national indigenous legislation to be in line with international frameworks, the proposal of various bills that violate the rights of indigenous peoples, the discriminatory practices of government indigenous bodies, and the unreasonable duration of legal proceedings as specific examples of day-to-day violations. Even though advances were made, much more still needs to be done in order to universalize a good way of life and welfare among the Kaiowá and Guarani communities.

⁶ INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS, Advisory Opinion 23/2017. <http://www.mpf.mp.br/atuacaotematica/sci/dadosdaatuacao/corteidh/OpiniaoConsultiva23versofinal.pdf>. p.23.

⁷ BRAZIL, Federal Prosecution Office. MPF/MS denuncia piloto que aplicou agrotóxicos sobre aldeia indígena [Federal Prosecution Office of Mato Grosso do Sul brings charges against pilot who sprayed agrochemicals over indigenous village] <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-ms-denuncia-criminalmente-piloto-que-aplicou-agrotoxicos-sobre-aldeia-indigena>

⁸ TAJRA, Alex. Produtor rural e piloto são condenados por lançar agrotóxico em indígenas. [Farmer and pilot are convicted for spraying agrochemicals over indigenous citizens] <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/01/21/ produtor-e-condenado-a-pagar-indenizacao-por-lancar-agrotoxico-em-indigenas.htm>

A luta dos Guarani e Kaiowá contra a violência e o racismo estrutural no Estado de Mato Grosso do Sul

Gabriel Dourado Rocha¹

Guilherme Oliveira Silva²

Os Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul vivem em um contexto permanente de vulnerabilidade nos mais diversos âmbitos, sejam eles na saúde, trabalho ou/e educação, principalmente os que vivem à beira das rodovias em áreas de retomadas e que, até hoje, lutam para terem seu direito à terra reconhecido pelo Estado. Apesar de haver a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, promulgada em 05 de outubro de 1989, inspirada na Constituição Federal de 1988 e que se vale dos princípios fundamentais desta, é recorrente o cenário de violações desses direitos e garantias aos povos indígenas sul-mato-grossenses.

Nos encontros realizados no Projeto Teko Joja, evidencia-se um grande número de relatos de problemas e violações levantados pelos(as) pesquisadores(as) indígenas participantes do projeto. Estes problemas que foram agrupados em cinco eixos temáticos: uso irregular de agrotóxicos; ausência de acesso à saúde; condições de trabalho degradantes ou análogas à escravidão; realização de empréstimos e compras fraudulentas em nome de indígenas por terceiros; e, por fim, ausência de uma educação tradicional nas escolas e universidades.

No que se refere às questões de superexploração do trabalho indígena, é comum ocorrerem violações de direitos, ocorrências de atividades sem qualquer norma de seguran-

¹ Consultor jurídico do projeto Teko Joja. Mestrando em Antropologia (PPGAnt/UFGD). Bacharel em Direito (FADIR/UFGD).

² Consultor jurídico do projeto Teko Joja. Mestrando em Fronteiras e Direitos Humanos (PPGFDH/UFGD). Bacharel em Direito (FADIR/UFGD).

THE STRUGGLE OF THE GUARANI AND KAIOWÁ AGAINST VIOLENCE AND STRUCTURAL RACISM IN MATO GROSSO DO SUL STATE

The Guarani and Kaiowá from Mato Grosso do Sul live in a state of constant vulnerability in various areas, such as healthcare, work conditions and/or education, especially those who presently live along highways and roads in repossessed areas and who have struggled until now to have their right to land recognized by the Government. Despite the existence of the Constitution of Mato Grosso do Sul State, promulgated on October 5, 1989, and inspired by and drawing its fundamental principles on the Federal Constitution of 1988, the situation of violation of rights and breach of guarantees of Mato Grosso do Sul indigenous peoples is recurring.

In the *Teko Joja* Project meetings, a number of reports of problems and violations were surveyed by the indigenous researchers participating in the project. These problems were grouped into five thematic axes: unlawful use of agrochemicals; lack of access to healthcare; degrading working conditions or conditions similar to slavery; loans and fraudulent purchases by third parties on behalf of indigenous individuals; and finally, absence of traditional indigenous education in schools and universities.

On the subject of overexploiting indigenous labor, rights violations are common. Activities are undertaken with no regard for safety norms, especially when indigenous workers are taken to farms and sugar mills, usually outside their villages. This happens mostly due to the lack



ça, principalmente quando os trabalhadores indígenas são levados para prestar serviço em fazendas e usinas, de maneira geral, fora das aldeias. Fatos como esse ocorrem, em sua grande maioria, por falta de conhecimento das leis trabalhistas, por exemplo, o art. 157, I, da Consolidação das Leis do Trabalho, que impõe a obrigatoriedade das empresas de cumprirem as normas de segurança e medicina do trabalho.

Por outro lado, os relatos ligados à saúde abarcam a falta de médicos nos postos de saúde das aldeias, a negligência médica, o racismo institucional, a falta de diálogo no que se refere às especificidades culturais e medicina tradicional, a ausência de tradução para língua Guarani durante o atendimento, dentre outras, desrespeitando o que está previsto no art. 250 da Constituição Estadual, que assegura às comunidades indígenas a proteção e a assistência social e de saúde prestadas pelos Poderes Públicos estadual e municipal.

O número de relatos envolvendo a negligência médica é expressivo, casos em que indígenas foram até uma unidade de saúde e não conseguiram atendimento ou tiveram um atendimento hostil, os quais, em alguns casos, resultaram no óbito dessas pessoas. Esta prática médica de negar atendimento a indígenas caracteriza crime de racismo, que é inafiançável, imprescritível e, segundo a Lei Federal nº 7.716/1989.

Além disso, é necessário indicar que a Lei nº 9.836/1999 criou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, que também ganhou corpo com a criação de um órgão específico dentro do Ministério da Saúde para coordenar as ações voltadas para essa população, em 2010, com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

No Mato Grosso do Sul, a SESAI é representada pelo Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI-MS), que deve desenvolver ações de atenção integral à saúde indígena e educação em saúde, em consonância com as políticas e os programas do SUS, observando as práticas de saúde tradicionais indígenas. Observa-se, contudo, um esvaziamento

of knowledge of labor laws: for example, art. 157, item I, of the Brazilian Consolidation of Labor Laws establishes the obligation of companies to comply with occupational safety and health standards.

On the other hand, reports related to healthcare include: lack of physicians in village primary care centers, medical negligence, institutional racism, lack of dialogue regarding cultural particularities versus traditional medicine, and no translation into the Guarani language during patient care, among other issues. All this is in disregard to art. 250 of the State Constitution that guarantees protection to indigenous communities and social and healthcare assistance provided by state and municipal authorities.

There is a considerable number of reports involving medical malpractice, where indigenous people went to a primary care center and were unable to receive care or received care with hostility, resulting in death in some cases. This medical practice of denying assistance to indigenous people is characterized as racism, a crime that is unbailable and imprescriptible, as provided by Federal Law No. 7.716 / 1989.

Additionally, it is important to point out that Law No. 9.836/1999 established the Subsystem of Attention to Indigenous Health, and it was further supported in 2010 with the creation of a specific body within the Ministry of Health to coordinate initiatives concerning this population: the Special Secretariat for Indigenous Health (SESAI).

In Mato Grosso do Sul, SESAI is represented by the Special Indigenous Sanitary District of Mato Grosso do Sul (DSEI-MS), which is expected to develop initiatives regarding comprehensive care for indigenous health and education in line with SUS (Brazilian public healthcare system) policies and programs, and complying with traditional indigenous health practices. However, there are budget shortfalls and setbacks in the implementation of indigenous health policies by the federal government.

em termos orçamentários e retrocessos na implementação das políticas de saúde indígena por parte do governo federal.

No que tange à proteção sanitária dos Guaranis e Kaiowás contra a pulverização aérea de agrotóxicos, em Mato Grosso do Sul não há lei estadual que restringe ou proíbe essa modalidade de aplicação de agrotóxicos sobre comunidades indígenas, ainda que uma tentativa de regulamentação haja ocorrido na Assembleia Legislativa estadual, onde o Projeto de Lei (PL) 22/2017, que estabelecia distâncias mínimas das povoações, cursos d'água, etc, bem como limitações de produtos e obrigações às empresas aéreas, foi arquivado. Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia, o Projeto de Lei foi impedido de tramitar, com três votos pelo arquivamento e dois favoráveis ao prosseguimento da tramitação.

Assim, nota-se que, apesar de previstas, as normas jurídicas são violadas em virtude da omissão do Estado, o que escancara que não há uma preocupação real com a questão indígena, ou, ao contrário, dela se busca distanciamento, visto que no estado de Mato Grosso do Sul a ideia de desenvolvimento econômico está intimamente ligada ao agronegócio, prática esta que tem como prioridade o acúmulo de riquezas e a expansão de latifúndios, conflitando com os direitos indígenas. Apesar disso, os Guaranis e Kaiowás resistem em seu modo harmonioso de ser, que é a base para frear os constantes ataques que sofrem e a destruição do meio ambiente, conforme nos ensina o professor Eliel Benites nos encontros realizados pelo Projeto Teko Joja.

Concerning sanitation measures to protect the Guarani and Kaiowá against aerial spraying of agrochemicals, in Mato Grosso do Sul there is no state law restricting or banning this type of application of pesticides over indigenous communities. However an attempt at regulating it was made by the State Legislature through Bill (PL) 22/2017, which established minimum distances from settlements, watercourses, etc., as well as product restrictions and certain compulsory measures for aerial application companies, but that bill was shelved. The justice and constitutional affairs committee (CCJR) of the State Legislature prevented this bill from being submitted for approval, with three votes for shelving and two in favor of continuation.

Hence, even though some legal framework is provided, it is violated because of government omission. Therefore, it is clear that there is no real concern about indigenous issues. On the contrary, the state administration seeks to distance itself from these issues, since the notion of economic development in Mato Grosso do Sul is closely linked to agribusiness practices, which prioritize the accumulation of wealth and the expansion into large estates, thus conflicting with indigenous rights. Nevertheless, the Guarani and Kaiowá resist in their harmonious way of being, which is their foundation for withstanding the constant attacks they suffer and for stopping the destruction of their environment, as Professor Eliel Benites explained in the *Teko Joja* Project meetings.

DORIANO

Com o projeto *Teko Joja* eu descobri que muitas pessoas passam por vários tipos de problemas, pessoais e não pessoais, e que não sabem o que fazer, como agir. Isso leva elas a ficarem caladas, ninguém sabe o que fazer, como agir, daí o problema segue aumentando e às vezes, com outras pessoas, acontece a mesma coisa, devido à falta de atenção dos órgãos públicos para ajudar as pessoas com esse tipo de problema. O *Teko Joja* já abriu os olhos de muita gente.

ERILEIDE

Para mim, que sou novata nessa caminhada de liderança, de luta pelo território, pela vida, pela comunidade, pelo Guarani e Kaiowá, o que eu aprendi muito com todos é que nós que estamos nessa caminhada temos sempre que dar ouvido para aqueles que precisam de nós, deixá-los desabafar, sempre procurar entender, procurar ter calma e agir da forma mais adequada.

Muitas coisas que aconteciam nas retomadas, na cidade, seja lá onde for, nós sabíamos que aconteciam, mas a gente não agia, sempre deixava passar, porque talvez não entendesse as coisas. O que se mostrou no levantamento do problema nesse projeto foi muito importante, porque nós mesmos, nessa caminhada de vida, temos que estar atentos, vigiando, anotando e deixando por escrito para que um dia possamos lembrar. É muita coisa que nos passa, como crime, estupro, pessoas sendo ameaçadas, preconceito, racismo. Essas coisas que nunca podemos deixar passar em branco.

O que eu mais gostei do projeto é que nos ensina de que forma caminhar e o que podemos fazer. Eu já estava fazendo algumas coisas, mas o projeto ajudou muito porque me ajudou a colocar isso na prática. Me ajudou no

With the *Teko Joja* Project, I discovered that many people have a number of personal and non personal issues. They don't know what to do, how to act and this leads them to stay quiet. Nobody knows what to do, how to act. The unsolved issues keep increasing and sometimes the same happen with other people. I believe that happens due to the lack of support from government agencies that could help with those kinds of problems. *Teko Joja* has opened the eyes of many people.

To me, a newcomer in the path of leadership, fighting for our land, for our life, for our community, for the Guarani and Kaiowás, what I have learned with everyone is that we, the ones that are on this path, always have to listen to the ones that need us, let them vent their concerns, always try to understand, try to be calm and act on the best way we can.

Many things that happened when they took our land, in the city, or wherever, we knew what was happening but we didn't act. We let it go, perhaps because we didn't understand what was taking place. What we learned through the analysis of problems in the *Teko Joja* Project was very important, because we have to be alert in the path of life, documenting in writing everything so that one day we can remember. A lot of things happen here, like crime, rape, people being threatened, prejudice and racism. These types of thing, we cannot just let it go.

What I liked the most about the project is that it teaches us how to follow a good path and it gives us tools to improve our lives. I was already doing some things before, but the project helped a lot because it showed me ways to help in a practical way. It helped me to communicate, in the way of the Guarani and Kaiowás and act where I can, always

diálogo, no modo de pensar o povo Guarani e Kaiowá e ajudar onde tiver alcance, sempre comunicar às autoridades para que possam nos ajudar, e a cada dia mostrar a realidade que o povo Guarani e Kaiowá passa. O projeto mostrou e deu espaço para abrir a visão. Abriu para as pessoas que estavam de olho fechado.

ELIZEU

Pra mim, o projeto foi muito importante, e nosso braço direito, a União Europeia, apoiou a nós, do movimento, tanto lideranças quanto o grupo todo. Eu acho que a comunicação era a maior dificuldade que a gente estava passando, principalmente quem é da retomada, quando éramos ameaçados, perseguidos, etc. A gente não tinha comunicação para passar as informações rápido. Esse apoio de internet, celular, colaboração, foi muito importante para o movimento.

FRANCISMAR

Na experiência do projeto eu aprendi sobre a maneira de ter *teko* diferente com os anciãos, com os rezadores, valorizar a escola e não depender muito dos alimentos que os não indígenas produzem. E o que eu mais gostei foi sobre a exploração de trabalho e sobre o veneno que nós consumíamos e não sabíamos. *Aguyje jajohechahapeve!*

JANETE

Eu descobri que temos que entender primeiro, saber ouvir, para rascunhar e saber realmente o que aconteceu, onde aconteceu. Precisa de muita calma e atenção para ouvir o depoimento das pessoas. Isso é o mais importante para fazer o levantamento dos problemas e entender a raiz.

communicating authorities so they can help, showing each day what really happens with the Kaiowás. The project helped and gave space for us to see. It opened the eyes and minds of people that for too long had their eyes and minds shut.

The project was very important to me and it became our right arm. The European Union gave us support to our movement regarding leadership, and also strengthening the whole group. I think communication was our major difficulty, especially to the ones from the group that work to reclaim our land. We were threatened, persecuted, etc... And we didn't have a speedy way to share the information. The support with internet, cellphone and collaboration was very important to the movement.

With the project I learned to value our elders, our spiritual guides, our schools and also not to depend on the food that the non-indigenous produce. What I liked the most was to learn about how we were explored regarding labor and about the poison that we consumed and didn't know. *aguyje jajohechahapeve* (thank you from the bottom of my heart and see you soon)!

I learned that we first have to understand, to listen, to document and then we are able to know what really happened, where it happened. When listening to a testimony it is necessary to be calm and attentive. That is the most important thing to do when you want to

O caminho para solucionar os problemas é na base da conversa. Fazer uma rede entre nós, pessoas que podem ajudar a resolver os problemas mais sérios, pensar em conjunto e, em casos graves, encaminhar para autoridades maiores para poderem solucionar.

OTONIEL

O sistema do agronegócio teve impacto muito forte na comunidade e afetou muito os Guarani e os Kaiowá, veio o genocídio, a violação do nosso direito. Tem vários problemas que a gente sabia, mas não eram claros. Quando começamos a fazer o trabalho, a partir do levantamento que fizemos dos problemas, ficou mais claro quais são os problemas específicos, a questão de violência, educação, saúde, violência doméstica, segurança pública e principalmente a área social. Achamos cada ponto onde tem problema. E isto foi feito por nós.

Descobrimos muita coisa que ficava no ar, que estava escondida. Muita gente que tinha medo de falar, de expor, falou. E conseguimos encorajar cada pessoa, colocar no papel. É o direito de cada pessoa. Para achar a solução é um caminho difícil, temos que pensar lá atrás, na questão territorial e fortalecer o *Tekoha*. A partir daí vai se estruturar novamente a comunidade. Precisa devolver a terra para aquela família que foi expulsa dali, que sofreu esta violação. A partir daí vai fortalecer a raiz, o tronco... depois vem o galho e as sementes.

VONINHO

No Curso de Formação de Pesquisadores Comunitários, conduzido pelo professor Eliel, eu aprendi que é preciso ter olhar diferenciado para os problemas para achar a raiz do problema. E o que eu mais gostei foi ter acesso

understand the issues and their roots. The path to solve problems is based on dialogue. It is important to have a support system, people that can help solve the most serious problems, think as a group, and, in extreme cases, take the issue to higher authorities, so they can solve it.

The agribusiness system had a very strong impact in the community and affected the Guaranis and Kaiowás in a great deal, bringing along genocide and violation to our rights. There were already many problems that we knew about it, but it wasn't very clear to us. When we started to work with the project, after the analysis of the problems, it became much clearer what were the specific problems we had— education, health, domestic violence, safety and especially the social aspect. We became aware of the areas where we had problems. And it was done by us.

We discovered many things that were present, but at the same time hidden. A lot of people that were afraid to speak before started to share. We were able to motivate them to share and write. It is the right of all human beings. The path to solutions is not easy. We have to remember, go back in time in regard to territory and to strengthen our *Tekoha* (community). From there we will structure our community again. It is necessary to return the land to the family that was expelled and suffered that violation. Then we will be able to strengthen the root, the trunk, and after that comes the branches and the seeds.

During the training of Community Researchers lead by Eliel, I learned that is necessary to see the problems in a different way to find the root of the issue. What I liked the most was to have access to the knowledge of

aos conhecimentos dos ñanderu com grande professor tradicional que é o ñanderu Lidio.

SABINO

O *Teko Joja* nós usamos na aldeia, na cidade, quando tomamos o tereré, com os amigos, sempre conversamos sobre o *Teko Joja*.

JORGINHO

O que eu mais gostei no processo de formação foi aprender uma forma de dialogar com as comunidades indígenas, tais como, conseguir informações que estavam escondidas, a raiz do problema. E o conceito do *Teko Joja*.

HELENA

Acho que nosso projeto ajuda cada aldeia, ajudou para o indígena, para a comunidade, para a liderança.

JHONN NARA

A coisa mais importante que eu aprendi no curso de formação de pesquisadores comunitários foi olhar mais para os problemas que afetam muito as aldeias e que afetam a felicidade das pessoas. Às vezes você está com problema e ninguém se importa, e precisamos arrancar essa raiz do problema. Eu digo isso porque já passei por isso e com o professor Eliel eu aprendi que nós podemos nos ajudar a arrancar essa raiz, e isso é muito importante.

the *ñanderu* (shaman) with the great traditional teacher *ñanderu* Lidio.

Teko Joja (the harmonious way of being a Kaiowá and Guarani), is present when we are at the tribe, in cities, when we drink tereré (infusion of yerba mate) with our friends, we always talk about *Teko Joja*.

What I liked the most in the training process was to learn a way to dialogue with the indigenous communities, such as to get information that was hidden, the root of the problem. And the concept of *Teko Joja*.

I believe that our project has helped our tribes, the indigenous people, our community and our leadership

TEKO JOJA – PROJETO GARANTIA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO GUARANI E KAIOWA
TEKO JOJA—GUARANTEE OF RIGHTS OF GUARANI AND KAIOWA PEOPLES PROJECT

REALIZAÇÃO CARRIED OUT BY OSCIP Imagem da Vida

APOIO SUPPORT União Europeia

COORDENAÇÃO COORDINATION Dirce Carrion

SISTEMATIZAÇÃO SYSTEMATIZATION Gabriela Tomazinho

METODOLOGIA METHODOLOGY Eliel Benites e equipes locais

GESTÃO DOCUMENTAL DOCUMENT MANAGEMENT Vitória Vivian

COMUNICAÇÃO E DADOS COMMUNICATION AND DATA Gustavo Tiago

CONSULTORIA ANTROPOLÓGICA ANTHROPOLOGICAL CONSULTANT Eliel Benites e
Spensy Pimentel

CONSULTORIA JURÍDICA LEGAL CONSULTANTS Gabriel Dourado e Guilherme Oliveira da
Silva com supervisão de Líana Amin Silva, Marcele Guerra

SECRETÁRIOS LOCAL TEAM MANAGERS Elizeu Lopes, Erileide Domingues, Janete Alegre,
Otoniel Ricardo, Tamara Castelão Ricardo

AGENTES COMUNITÁRIOS COMMUNITY AGENTS Alenir Ximendes, Celso Alziro, Dionísio
Gonsalves, Dorian Arce, Elson Gomes, Francismar Duarte, Helena Borvão, Janice Pereira,
Jhonn Nara Gomes, Jorginho Martins, Leila Rocha, Lídio Sanches, Sabino Ximenes, Tainara
Castelão, Tonico Benites, Voninho Benites Pedro

DESENVOLVIMENTO DE PLATARFORMA PLATFORM DEVELOPMENT Luciana Heuko e
Simon Fan

VÍDEO DOCUMENTÁRIO VIDEO DOCUMENTARY Gilmar Galache e Ademilson Concianza
da ASCURI – Associação Cultural de Realizadores Indígenas

FOTOGRAFIAS PHOTOGRAPHY Equipe do projeto, Rosa Gauditano e Christian Knepper
Project team members, Rosa Gauditano and Christian Knepper

DESENHOS DRAWINGS Crianças e adolescentes das escolas Loyd e Nhadejara Polo da
aldeia de Tey Kue e das escolas dos Tekoha de Arroio Kora, Guaira Roka e Guaiviry Students,
children and teenagers from Loyd and Nhadejara Polo schools—indigenous community Tey
Kue, and from the Tekohas (indigenous communities) Arroio Kora, Guaira Roka and Guaiviry

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO ART DIRECTION AND LAYOUT Fernando Moser

VERSÃO PARA O INGLÊS ENGLISH VERSION Fabiana Dupont e Fernanda Vilela Nunes

REVISÃO DO INGLÊS ENGLISH REVISION Lena Aranha

REVISÃO DO PORTUGUÊS PORTUGUESE REVISION Juliana Figueiredo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO PRINTING BMF Gráfica

EDITORA REFLEXO